

# Diário do Legislativo de 07/04/2004

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolô Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

## LIDERANÇAS

17/3/2004

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB)

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira (PPS), Arlen Santiago (PTB) e José Milton (PSDB)

### LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes( PC do B) e Maria Tereza Lara ( PT)

### LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Gustavo Valadares

### LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líderes: Deputados Célio Moreira e Jairo Lessa

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

### LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados José Henrique (PMDB), Dinis Pinheiro (PL) e Paulo Piau (PP)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

### LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões(PT)

COMISSÕES PERMANENTES

20/2/2004

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente  
Domingos Sávio

Deputado Paulo PP Vice-Presidente  
Piau

Deputado Dalmo BPSB  
Ribeiro Silva

Deputado Fábio BPSB  
Avelar

Deputada Jô Bloco  
Moraes PT/PCdo  
B

Deputado PMDB  
Leonardo  
Quintão

Deputado Dinis PL  
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sargento BPSB  
Rodrigues

Deputado Alberto Pinto PP  
Coelho

Deputado Alencar da BPSB  
Silveira Jr.

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado Roberto Bloco PT/PCdoB  
Carvalho

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Leonardo PL  
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente

Bittar

Deputado Paulo PFL Vice-Presidente  
Cesar

Deputado Olinto BPSP  
Godinho

Deputada Cecília Bloco  
Ferramenta PT/PCdo  
B

Deputado Pinduca PP  
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo PL  
Moreira

Deputado Doutor PFL  
Viana

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado André Bloco PT/PCdoB  
Quintão

Deputado Dimas PP  
Fabiano

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bonifácio Mourão BPSP Presidente

Deputado Gilberto Abramo PMDB Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista BPSP

Deputado Leonídio Bouças BPSP

Deputada Maria Bloco  
Tereza Lara PT/PCdo  
B

Deputado Leonardo Moreira PL

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel BPSB  
Martini

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado Dalmo BPSB  
Ribeiro Silva

Deputado Weliton Bloco PT/PCdoB  
Prado

Deputado Dinis PL  
Pinheiro

Deputado Doutor PFL  
Viana

#### COMISSÃO DE DEFESADO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia BPSB Presidente  
Pacífico

Deputada Vanessa Lucas BPSB Vice-Presidente

Deputado Roberto Carvalho Bloco PT/PCdoB

Deputado Irani PL  
Barbosa

Deputado Antônio Júlio PMDB

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio BPSB  
Avelar

Deputado Miguel BPSB  
Martini

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PCdoB

Deputado Jayro PL  
Lessa

Deputado Chico PMDB  
Rafael

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PCdo B Presidente

Deputado Roberto Ramos PL Vice-Presidente

Deputado Mauro Lobo BPSP

Deputado Rocha Biel Bloco PT/PCdo B

Deputado Gilberto Abramo PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Campos Marília Bloco PT/PCdoB

Deputado Sidinho do Ferrotaco BPSP

Deputado Sawan Fahim BPSP

Deputado Carvalho Roberto Bloco PT/PCdoB

Deputado Quintão Leonardo PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB Presidente

Deputada Maria Resende Ana BPSP Vice-Presidente

Deputado Leonídio Bouças BPSP

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PCdo B

Deputado Sidinho do Ferrotaco BPSP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Henrique José PMDB

Deputado Dalmo BPSP

Ribeiro Silva

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputada Maria Bloco PT/PCdoB  
Tereza Lara

Deputado Alberto BPSP  
Bejani

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente  
Ermano Batista

Deputado Jayro PL Vice-Presidente  
Lessa

Deputado Mauro BPSP  
Lobo

Deputado BPSP  
Sebastião  
Helvécio

Deputado Chico Bloco  
Simões PT/PCdo  
B

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado PFL  
Doutor Viana

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado José Milton BPSP

Deputado Neider BPSP  
Moreira

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputado Rogério Bloco PT/PCdoB  
Correia

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Bloco Presidente  
José Haueisen PT/PCdo  
B

Deputado Doutor BPSP Vice-Presidente  
Ronaldo

Deputado Fábio BPSP  
Avelar

Deputado José BPSP  
Milton

Deputado PMDB  
Leonardo  
Quintão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB  
Augusto

Deputado Carlos BPSP  
Pimenta

Deputado Olinto BPSP  
Godinho

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Chico PMDB  
Rafael

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Bloco Presidente  
Quintão PT/PCdo  
B

Deputado PFL Vice-Presidente  
Gustavo  
Valadares

Deputado Mauro BPSP  
Lobo

Deputado João PL  
Bittar

Deputado Leonardo Quintão PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PCdoB

Deputada Pacífico Lúcia BPSB

Deputado Godinho Olinto BPSB

Deputado Passos Márcio PL

Deputado Nogueira Ivair PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICAAGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Pereira Gil PP Presidente

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB Vice-Presidente

Deputado Humberto Carneiro Luiz BPSB

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Doutor Viana PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Haueisen Maria José Bloco PT/PCdoB

Deputada Resende Ana Maria BPSB

Deputado João Bittar PL

Deputado Valadares Gustavo PFL

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria BPSB Presidente



Olívia

Deputado Bloco Vice-Presidente  
Laudelino PT/PCdo  
Augusto B

Deputado BPSB  
Djalma Diniz

Deputado PL  
Antônio Genaro

Deputado PP  
Dimas Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fahim BPSB  
Sawan

Deputado Durval Bloco PT/PCdoB  
Ângelo

Deputado Doutor BPSB  
Ronaldo

Deputado Irani PL  
Barbosa

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bloco Presidente  
Ricardo Duarte PT/PCdo  
B

Deputado Fahim BPSB Vice-Presidente  
Sawan

Deputado Carlos BPSB  
Pimenta

Deputado Neider BPSB  
Moreira

Deputado Célio PL  
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Bloco PT/PCdoB  
Simões

Deputado Doutor BPSB  
Ronaldo

Deputado Sebastião BPSB  
Helvécio

Deputado Arlen BPSB  
Santiago

Deputado Roberto PL  
Ramos

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente  
Sargento  
Rodrigues

Deputado BPSB Vice-Presidente  
Alberto Bejani

Deputado PL  
Leonardo  
Moreira

Deputado Zé BPSB  
Maia

Deputado Bloco  
Rogério Correia PT/PCdo  
B

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BPSB  
Santiago

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Mauro Lobo BPSB

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado Biel Rocha Bloco PT/PCdoB

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alberto BPSB Presidente  
Bejani

Deputada Marília Bloco Vice-Presidente  
Campos PT/PCdo  
B

Deputado BPSB  
Alencar da  
Silveira Jr.

Deputado André Bloco  
Quintão PT/PCdo  
B

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputada Maria José Bloco PT/PCdoB  
Haueisen

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente  
Moreira

Deputado Djalma Diniz BPSP Vice-Presidente

Deputado Laudelino Bloco  
Augusto PT/PCdoB

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Gil PP  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Sidinho do BPSP  
Ferrotaco

Deputada Cecília Bloco PT/PCdoB  
Ferramenta

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Paulo Piau PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo PFL Presidente  
Cesar

Deputada Maria BPSP Vice-Presidente  
Olívia

Deputado Biel Bloco  
Rocha PT/PCdo  
B

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Chico PMDB  
Rafael

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

Deputado Alencar da BPSP  
Silveira Jr.

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB  
Augusto

Deputado Antônio PL  
Genaro

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo PSDB Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Fábio PTB Vice-Presidente  
Avelar

Deputado Biel PT  
Rocha

Deputado Célio PL  
Moreira

Deputado PMDB  
Gilberto Abramo

Deputado PFL  
Gustavo  
Valadares

Deputado Padre PT  
João

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião Helvécio PDT

Deputado Leonídio Bouças PTB

Deputada Cecília Ferramenta PT

Deputado Sidinho do Ferrotaco PSDB

Deputado José Henrique PMDB

Deputada Ana Maria Resende PSDB

Deputada Maria Tereza Lara PT

#### OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Roberto Carvalho

OUVIDOR SUBSTITUTO: Deputado Leonardo Moreira

#### SUMÁRIO

### 1 - ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

#### 2 - ATA

2.1 - 5ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Entrega ao Dr. Roberto Vedovato do Título de Cidadão Honorário do Estado.

#### 3 - ORDENS DO DIA

##### 3.1 - Plenário

##### 3.2 - Comissões

#### 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### 4.1 - Comissões

#### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2003 (\*)

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no exercício de sua competência prevista no art. 62, inciso XXII, da Constituição do Estado, e observando o disposto nos arts. 207 e 221 do Regimento Interno, apresenta as essencialidades da prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais relativa ao exercício de 2003, encaminhadas por meio do Ofício nº 11/2004, publicado em 1º de abril de 2004.

Prestação de Contas – Nota de Conferência

Órgão: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Exercício: 2003

Gestor: Conselheiro Simão Pedro Toledo

Item	Documentos	Folhas
I	relatório sobre os atos de gestão	14
A	descrição da execução do Programa de Trabalho por meio do cumprimento das metas físicas e financeiras, por função, subfunção, programa, projeto, subprojeto, atividade, subatividade e operações especiais, evidenciando a implementação da ação governamental, com esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos	15/17
B	descrição das medidas adotadas com vistas a sanear eventuais disfunções estruturais e/ou conjunturais que prejudicaram ou inviabilizaram a execução das ações programadas	18/19
C	demonstração do comprometimento da receita corrente líquida com a despesa total de pessoal, incluindo, se houver, a contratação de pessoal apropriada como Outras Despesas de Pessoal e descrevendo as medidas corretivas adotadas, ou a adotar, quando ultrapassados os limites da despesa de pessoal definidos para o órgão	20/21
II	relatório sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial	22
A	demonstração da composição dos recursos do órgão, tendo como fonte os recursos ordinários, os vinculados e os diretamente arrecadados, evidenciando, por procedência, aqueles diretamente recebidos, os recebidos de outras unidades orçamentárias e os recebidos para contrapartida, bem como os grupos de despesas em que foram aplicados, conforme Anexo I	23/24
B	demonstração da execução física e financeira de projetos, subprojetos, atividades e subatividades objetos de financiamento nacional e internacional, especificando as partes envolvidas, detalhando os valores totais previstos e os valores realizados no exercício e até o exercício, bem como as contrapartidas oferecidas e os motivos que inviabilizaram a plena conclusão de etapa ou da totalidade da ação proposta, indicando as providências adotadas	25
C	demonstração da execução da despesa segundo a classificação orçamentária, evidenciando as dotações iniciais, os créditos adicionais, as anulações, o total dos créditos autorizados, as cotas aprovadas e descentralizadas, a despesa empenhada e a liquidada no exercício, conforme Anexo II	26/27
D	demonstração da composição do montante da despesa de pessoal, evidenciando os valores relativos a sentenças judiciais, a despesas de exercícios anteriores, a indenização por demissão de servidores e a incentivos à demissão voluntária, conforme Anexo III	28/29
E	comparativo da despesa de pessoal do exercício anterior com a do exercício findo, incluindo os gastos relativos à contratação de pessoal para substituição de categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal do órgão, evidenciando a finalidade das contratações, com as justificativas para as variações ocorridas de um exercício para o outro, conforme Anexo IV	30/32
F	demonstração da despesa com a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, no exercício, especificando o instrumento normativo que autorizou a contratação, a quantidade de contratados, a finalidade e o total da despesa executada	33
G	demonstração da despesa de publicidade realizada no exercício, especificando o objeto, a empresa publicitária, os valores mensais e totais do contrato, as agências ou veículos de comunicação contratados e o período de veiculação, acompanhada de cópias das publicações trimestrais no órgão oficial do Estado, nos termos do parágrafo único do art. 17 da Constituição Estadual e do art. 7º da Lei Estadual n. 13.768, de 1º de dezembro de 2000	34/37

H	demonstração analítica, por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, das Despesas de Exercícios Anteriores, acompanhada das justificativas para a sua execução	38/39
I	demonstração das contas analíticas que compõem o grupo Estoque do órgão, identificando os saldos do período anterior, entradas e saídas no exercício, os saldos na data do encerramento, eventuais diferenças apuradas pela comissão inventariante e as providências adotadas para regularização	40/41
J	demonstração analítica da conta contábil Diversos Responsáveis em Apuração, bem como da conta contábil Diversos Responsáveis Apurados, identificando, em cada uma delas, as datas dos registros dos débitos, os nomes dos devedores, os valores correspondentes e as providências administrativas adotadas para apuração e regularização das pendências	42
K	demonstração das contas analíticas que compõem o grupo Imobilizado do órgão, identificando os saldos do período anterior, as incorporações e baixas no exercício, os saldos na data do encerramento, eventuais diferenças apuradas pela comissão inventariante e as providências adotadas para regularização e, se houver, informações acerca dos critérios utilizados para depreciação, amortização e exaustão	43/45
L	relação das obras e instalações, em andamento e paralisadas, contendo informações sobre a finalidade da obra, a forma de execução, o número e a data dos contratos, convênios ou instrumento congêneres, as partes convenientes ou empresas contratadas, o valor total previsto e o valor realizado no exercício, a indicação da dotação orçamentária, a parcela e o percentual executados e a executar relativamente ao cronograma físico-financeiro e, ainda, a identificação das causas de paralisação das obras	46/49
M	relação das contas contábeis que compõem os grupos de contas Responsabilidades de Terceiros e Obrigações de Conveniados e de Contratados, identificando eventuais diferenças entre os saldos físico e contábil e as providências para regularização, destacando ainda:  1) os responsáveis por bens entregues em decorrência de cessão de uso, conforme Anexo V;  2) a movimentação a débito e a crédito no exercício, a composição do saldo em dezembro do exercício findo, justificando os valores em aberto, as inadimplências e outras pendências porventura existentes e as medidas tomadas para a regularização de:  2.1) Responsáveis por Diárias de Viagem, conforme Anexo VI;  2.2) Responsáveis por Adiantamentos, conforme Anexo VII;  2.3) Responsáveis por Subvenções e Auxílios, conforme Anexo VIII;  2.4) Recursos Entregues para Execução de Convênios, conforme Anexo IX	50/59
N	demonstração dos saldos em Restos a Pagar Processados, com justificativas para os cancelamentos ocorridos no exercício e para as pendências de exercícios anteriores, conforme Anexo X, evidenciando a relação entre o saldo que se transfere para o exercício seguinte e as disponibilidades de caixa do órgão	60/65
O	demonstração dos saldos em Restos a Pagar Não Processados, com justificativas para os cancelamentos e os restabelecimentos ocorridos e para as pendências de exercícios anteriores, conforme Anexo XI, evidenciando a relação entre o saldo inscrito e as disponibilidades de caixa do órgão	66/68
P	relação das contas contábeis que compõem os grupos de contas Responsabilidades com Terceiros e Responsáveis por Convênios e Contratos Assumidos, identificando eventuais diferenças entre os saldos físico e contábil e as providências para regularização, destacando ainda:  1) os responsáveis por bens recebidos em decorrência de cessão de uso, conforme Anexo XII;	69/71

	2) Recursos Recebidos para Execução de Convênios, conforme Anexo XIII, e, no caso de repasses de convênios federais, discriminar, por mês, os valores recebidos e apropriados na arrecadação geral do Estado vinculados ao órgão	
--	--	--

Art. 2º da Instrução Normativa do TCEMG nº07, de 4 de dezembro de 2002, alterada pela Instrução Normativa nº02, de 3 de dezembro de 2003.

Item	Documentos	Folhas
I	balancetes mensais do órgão	72/130
II	balancete de encerramento em 31 de dezembro do exercício findo	131/136
III	demonstração mensal dos repasses financeiros, especificando as datas em que ocorreram	137/143
IV	Demonstrativo dos Créditos Autorizados por Projeto/Atividade	144/146
V	Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa por Projeto/Atividade	147/150
VI	Demonstrativo da Execução Orçamentária por Classificação Econômica da Despesa	151/153
VII	Demonstrativo da Dívida Flutuante	154
VIII	Composição dos Créditos Autorizados, por Categoria Econômica, Grupo de Despesa e Modalidade de Aplicação	155/157
IX	relação dos decretos de abertura de créditos adicionais, contendo número, data e valor	158/159
X	Posição de Restos a Pagar e Serviço da Dívida Processados	160/162
XI	Posição de Restos a Pagar e Serviço da Dívida Não Processados	163/166
XII	cópia das publicações dos instrumentos normativos de constituição de comissões para levantamento da dívida flutuante e para elaboração dos inventários físicos e financeiros dos bens e direitos	167/171
XIII	relatório da comissão designada para levantamento da dívida flutuante, constando a certificação de conformidade entre os saldos físico e contábil, com conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício findo	173/287
XIV	relatório da comissão designada para realização dos inventários de bens em estoque e imobilizado, constando a certificação de conformidade entre o levantamento físico e o registro contábil, com conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício findo	288/370
XV	extratos bancários do mês de dezembro do exercício findo e respectivas conciliações relativas às contas contábeis Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras e Recursos de Contas Arrecadoras Bancárias, acompanhados de relatório identificando as pendências verificadas e os ajustes realizados	371/406
XVI	demonstração anual, por conta bancária, de aplicações financeiras, destacando a movimentação dos valores aplicados, resgatados e os rendimentos auferidos	407/422
XVII	extratos contábeis de contas auxiliares das rubricas que compõem as Contas de Movimentação Interna relativos ao mês de dezembro do exercício findo, acompanhados de certificação dos agentes responsáveis pela movimentação das referidas contas de que os saldos retratam	423/469



	fielmente o disponível do órgão	
XVIII	certificação de conformidade dos saldos das contas contábeis de nível auxiliar que compõem os grupos Responsabilidade de Terceiros e Responsabilidade com Terceiros	470/471
XIX	Termo de Conferência de Tesouraria em 31 de dezembro do exercício findo, assinado pelos integrantes da comissão designada para o levantamento dos valores, acompanhado de cópia do ato de designação da referida comissão	472/473
XX	Relatório Anual de Conformidade Contábil – RACC	474/476
XXI	pronunciamento expresso e indelegável do gestor no qual confirmará haver tomado conhecimento das conclusões contidas no relatório de controle interno a que se refere o art. 6º desta Instrução	477/478
§ 1º	Balanco Orçamentário  Balanco Financeiro  Balanco Patrimonial  Demonstração das Variações Patrimoniais  Balanco Patrimonial Comparado	-
§ 4º	Notas explicativas	-

Art. 6º da Instrução Normativa do TCEMG nº07, de 4 de dezembro de 2002, alterada pela Instrução Normativa nº02, de 3 de dezembro de 2003.

Item	Documentos	Folhas
	relatório do respectivo órgão de controle interno	479
I	avaliação do cumprimento e da execução das metas previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual	480/494
II	declaração de que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial	495/496
III	avaliação dos resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	497/502
IV	relação das auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial realizadas, indicando as providências adotadas diante das falhas, irregularidades ou ilegalidades porventura constatadas	503
V	avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário, especificando, quando for o caso, as sindicâncias, inquéritos e processos administrativos ou tomadas de contas especiais instauradas no período e os respectivos resultados, indicando números, causas, datas de instauração e estágio atual dos processos	504/507
VI	avaliação do cumprimento do disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar n. 101/2000, referente à geração de despesa ou assunção de obrigações	508/509
VII	parecer conclusivo sobre as contas de exercício	510/515
§ 2º	esclarecimentos solicitados ao titular do órgão sobre as contas de exercício para fins da emissão do relatório de controle interno	-

Art. 7º da Instrução Normativa do TCEMG nº07, de 4 de dezembro de 2002, alterada pela Instrução Normativa nº02, de 3 de dezembro de 2003.

2003.

Item	Documentos	Folhas
I	ofício de encaminhamento	517
II	relatório de controle interno	518
III	rol de responsáveis	519/520
IV	nota de conferência	521
§ 2º	certidão expedida pela respectiva unidade de pessoal, comprovando que os responsáveis não acumulam cargo público e que apresentaram declaração de bens por ocasião de sua posse e exoneração	523

Belo Horizonte, 29 de março de 2004.

Maria Cristina Moura de Paula Freitas

Demonstrativo da Execução Orçamentária  
por Classificação Econômica da Despesa

Órgão: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Exercício: 2003

Especificação	Classificação Orçamentária			Importância
	FUN SUBF PRG ID P/A SUBP/A	C GD M ED	F/P	
Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operac. e Patrimonial	01 032 102 4 476			32.549.562,83
Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operac. e Patrimonial	01 032 102 4 476 0001	3 1 90 11	10 1	28.275.116,49
		3 1 90 13	10 1	1.149.841,81
		3 1 90 16	10 1	180.404,20
		3 1 90 92	10 1	527.322,23
		3 3 90 08	10 1	205.800,00
		3 3 90 14	10 1	973.628,10
		3 3 90 46	10 1	1.237.450,00
Direção Administrativa	01 122 001 2 127			36.296.967,03
Direção Administrativa	01 122 001 2 127 0001	3 1 90 11	10 1	18.999.829,76
		3 1 90 13	10 1	802.989,38
		3 1 90 16	10 1	194.517,41

		3 1 90 92	10 1	419.237,70
		3 3 90 08	10 1	178.390,97
		3 3 90 14	10 1	22.213,32
		3 3 90 30	10 1	584.530,74
		3 3 90 33	10 1	170.935,31
		3 3 90 35	10 1	54.415,00
		3 3 90 36	10 1	550.492,52
		3 3 90 37	10 1	9.369.927,79
		3 3 90 39	10 1	3.863.257,95
		3 3 90 46	10 1	791.400,00
		3 3 90 47	10 1	14.693,21
		3 3 90 92	10 1	6.549,36
		3 3 90 93	10 1	6.464,65
		4 4 90 51	10 1	130.631,60
		4 4 90 52	10 1	136.490,36
Direção da Política Institucional	01 122 210 2 418			32.842.818,06
Direção da Política Institucional	01 122 210 2 418 0001	3 1 90 11	10 1	28.741.859,95
		3 1 90 13	10 1	1.239.866,99
		3 1 90 16	10 1	1.089.857,48
		3 1 90 92	10 1	657.750,72
		3 3 90 08	10 1	132.120,00
		3 3 90 14	10 1	263.112,92
		3 3 90 46	10 1	718.250,00
Proventos de Inativos Civis e Pensionistas	01 272 777 7 060			52.267.051,90
Proventos de Inativos Civis	01 272 777 7 060	3 1 90 01	10 1	810.424,04

e Pensionistas	0001			
		3 1 90 01	10 5	46.414.028,88
		3 1 90 03	10 1	3.287.272,76
		3 1 90 03	10 5	810.424,04
		3 1 90 09	10 5	9.676,42
		3 1 90 13	10 5	115.437,38
		3 1 90 92	10 5	819.788,38
Total				153.956.399,82

GOVERNO ESTADUAL - PODER LEGISLATIVO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2003

<p>LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I - Portaria STN n. 516, de 14/10/2002</p>	R\$
<p>DESPESA COM PESSOAL</p>	<p>DESPESA LIQUIDADADA</p>
	<p>JAN. A DEZ. DE 2003</p>
<p>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)</p>	<p>79.975.220,34</p>
<p>Pessoal Ativo</p>	<p>82.278.594,12</p>
<p>Pessoal Inativo e Pensionistas</p>	<p>52.267.051,90</p>
<p>Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)</p>	<p>54.570.425,68</p>
<p>(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária</p>	<p>0,00</p>

(-) Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	2.424.099,03
(-) Inativos com Recursos Vinculados (1)	10.528.062,57
(-) Pensionistas (2)	3.756.129,11
(-) Inativos (3)	36.821.504,15
(-) Despesas de Caráter Indenizatório (4)	1.040.630,82
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II) (5)	79.975.220,34
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	14.305.976.000,00
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I + II) / (III)	0,5590%
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,7728%	110.556.582,53
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,7342%	105.028.753,40
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (CF, art. 37, inciso X)	0,00
% da FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)	0,0000%
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzindo o aumento previsto na CF, art. 37, inciso X - 0,5590% = (IV) - (V)	79.975.220,34
LIMITE PERMITIDO (LRF, art. 71) - 0,6035%	86.330.842,77

Fonte: SIAFI-MG / Receita Corrente Líquida informada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Notas: (1) Contribuições previdenciárias para CONFIP e FUNPEMG, com base na IN TCEMG n. 01, de 18/04/01, art. 2º c/c LC 64, de 25/03/03;

(2) Desp. c/ pensionistas, nos termos da IN TCEMG n. 01, de 18/04/01, art. 3º, c/redação dada pela IN n. 05, de 19/12/01;

(3) Desp. c/ Inativos, nos termos da IN TCEMG n. 01, de 18/04/01, art. 3º, c/redação dada pela IN TCEMG n. 05, de 19/12/01, c/c LC n. 64, de 25/03/02, art. 38, § 1º;

(4) Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal n. 101, de 04/05/00;

(5) A despesa total contempla aquelas não sujeitas à vedação do art. 22, parágrafo único da Lei Complementar Federal n. 101, de 04/05/00.

#### PARECER CONCLUSIVO SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO

O Estado de Minas Gerais possui 2.204 entes a serem fiscalizados entre Órgãos da Administração Direta e Indireta, Estadual e Municipal.

## Entes Fiscalizados

Discriminação	Quantidade
ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS	126
Administração Direta	32
Poder Legislativo	1
Poder Judiciário	3
Poder Executivo	27
Ministério Público	1
Administração Indireta	94
Autarquia do Poder Legislativo	1
Autarquia do Poder Executivo	18
Fundação do Poder Executivo	15
Fundação de Direito Privado	2
Fundo do Poder Legislativo	1
Fundo do Poder Executivo	25
Sociedade de Economia Mista	21
Empresa Pública	9
Sociedade Civil	2
ÓRGÃOS E ENTIDADES MUNICIPAIS	2.078
Prefeitura Municipal	853
Câmara Municipal	853
Entidade (Fundação, Autarquia, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista)	372
Total	2.204

Fonte: Diretorias Técnicas.

No âmbito da Administração Pública Estadual, foram destacados os seguintes segmentos do governo para exame de cada uma de suas unidades: o da Cultura, através da Secretaria de Estado da Cultura e das entidades da administração indireta a ela vinculadas, como a Fundação Clóvis Salgado, Fundação de Arte de Ouro Preto, TV Minas e Rádio Inconfidência; e o de Apoio ao Portador de Deficiência Física, cujas ações são desenvolvidas diretamente pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes e pela Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente - CAADE.

Dois programas de governo de grande interesse social foram avaliados quanto à sua economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Destacou-se, no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, o programa JIMI - Jogos do Interior de Minas, que envolve o repasse anual de recursos do Tesouro Estadual a 200 (duzentos) Municípios. Na CEMIG, foi selecionado o Programa de Desenvolvimento Rural LUMIAR/Luz no Campo, implantado em 2000, com previsão total de investimentos da ordem de R\$ 472 milhões, de

recursos do Estado e da ELETROBRÁS.

As ações do governo vinculadas ao Fundo Estadual de Saúde e ao Fundo Estadual de Assistência Social, envolvendo assistência ao portador de deficiência física, assistência ao idoso, apoio ao migrante e apoio à família, são desenvolvidas através de convênios celebrados com prefeituras municipais e entidades sem fins lucrativos. Vários desses convênios foram examinados sob o enfoque da legalidade e do efetivo cumprimento da sua finalidade. Foram objeto de avaliação, ainda, os controles e procedimentos das respectivas Secretarias nas áreas envolvidas com essas ações.

Foram inspecionadas, ainda, duas empresas em liquidação para exame dos controles contábeis e financeiros e avaliação do andamento de cada processo.

O Tribunal de Contas examinou a legalidade de 26.979 (vinte e seis mil novecentos e setenta e nove) atos de admissão de pessoal e examinou 91.780 (noventa e uma mil setecentos e oitenta) designações de pessoal para o exercício de função pública, ocorridas na Secretaria de Estado da Educação.

Para obtenção desse resultado, além do exame de 3 (três) processos de atos de admissão e da execução e liberação de 13 (treze) relatórios de inspeções realizadas no exercício de 2002, foram efetuadas 16 (dezesseis) inspeções ordinárias na Administração Direta e Indireta Estadual e 15 (quinze) inspeções extraordinárias em municípios.

Essas atividades resultaram na liberação de 262 (duzentos e sessenta e dois) processos de atos de admissão de pessoal.

Ressalta-se que, em 8 (oito) órgãos da Administração Direta Estadual, foi concluído o exame da totalidade das admissões ocorridas a partir de 5 de outubro de 1988. Nos demais órgãos inspecionados, efetuou-se o exame da posição atualizada do quadro de pessoal, paralelamente à apuração de denúncias.

Além disso, o Tribunal de Contas cumpriu, em sua totalidade, o Plano Anual de Inspeções Ordinárias e Auditorias para o exercício de 2003, que estabeleceu a avaliação de programas de governo, a avaliação do sistema de controle interno de diversos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta Estadual, o exame da legalidade, economicidade e oportunidade das contratações e o exame de ações do governo em segmentos específicos.

Realizaram-se 21 (vinte e uma) inspeções e auditorias para examinar a legalidade de procedimentos licitatórios e respectivas contratações, bem como verificar a execução física e financeira dos contratos.

Em função dos objetivos das inspeções extraordinárias, destacam-se os seguintes trabalhos:

— realização de 6 (seis) inspeções para apurar assuntos veiculados na imprensa, denúncias e representações encaminhadas a esta Corte pelo Tribunal Regional do Trabalho e por entidades de classe;

realização de inspeção extraordinária na Secretaria de Estado da Fazenda, para avaliação do sistema estadual de arrecadação de impostos e taxas diversas pelo Tesouro através da rede bancária, bem como verificação do cumprimento das recomendações feitas por auditores da Superintendência Central de Auditoria Operacional e a correção das falhas por eles apontadas;

— realização de inspeções extraordinárias destinadas a efetuar o levantamento físico de precatórios em todos os órgãos, autarquias e fundações estaduais;

— realização de inspeções extraordinárias para verificar a conta contábil "Subvenções e Auxílios" em todos os órgãos, autarquias, fundações e fundos estaduais.

A tabela abaixo demonstra a realização de auditorias e inspeções na Administração Pública Direta e Indireta Estadual.

Demonstrativo das Auditorias e Inspeções na Administração Direta e Indireta Estadual

Discriminação	Tipo	Quantidade
Administração Direta	Inspeções Ordinárias	9
	Inspeções Extraordinárias	8
Administração Indireta	Auditorias	2
	Inspeções Ordinárias	26
	Inspeções Extraordinárias	11
Total		56

Fonte: DAE.

No âmbito da Administração Pública Municipal, foram realizadas 489 (quatrocentos e oitenta e nove) inspeções/auditorias. As Inspeções Ordinárias, Extraordinárias, Especiais, as Auditorias e as Tomadas de Contas ocorreram da seguinte forma:

- Inspeções Ordinárias em 388 (trezentos e oitenta e oito) órgãos e entidades, segundo as diretrizes do Plano previamente aprovado, nas quais foram analisadas, integralmente, as despesas realizadas com as ações e serviços públicos de saúde e com a manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive aquelas relativas ao FUNDEF; subsídios dos Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais; dados enviados ao Tribunal de Contas, via Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo – SIACE, relativos à Prestação de Contas Anual e aos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal;
- Auditorias em 2 (dois) entes, motivadas por decisão plenária;
- Inspeções Especiais em 10 (dez) órgãos e entidades visando a esclarecer aspectos atinentes a atos, documentos ou processos em exame relativos a gastos com ensino; crescimento das despesas de pessoal; remuneração de agentes políticos; recolhimento de contribuições sociais ao Instituto de Previdência Próprio; atos de pessoal; prestação de contas de recursos financeiros transferidos a entidades; Controle Interno;
- Tomadas de Contas em 2 (dois) órgãos/entidades, mediante determinação, uma vez que os mesmos não procederam à prestação de contas no prazo legal;
- Inspeções Extraordinárias em 87 (oitenta e sete) órgãos e entidades visando à apuração de fatos constantes de processos de denúncias, tais como a realização de obras e compras sem licitação; prestação de contas de convênios de forma irregular; contratação de pessoal sem concurso público; indícios de compra de mercadorias de empresas fantasmas; obras com projetos superfaturados; falta de repasse de valor ao INSS; irregularidades em relação à utilização dos recursos do FUNDEF; enriquecimento ilícito de servidores; gastos com publicidade; concessão irregular de aposentadorias; gerenciamento e utilização de recursos do SUS de forma irregular; acumulação indevida de cargos públicos; falsidade ideológica; improbidade administrativa; ajuda de custos a vereadores; despesas de viagem sem comprovação; extravio de bens patrimoniais.

A tabela abaixo demonstra a realização de auditorias e inspeções na Administração Pública Municipal.

Demonstrativo das Auditorias e Inspeções nas Administrações Municipais

Discriminação	Prefeitura Municipal	Câmara Municipal	Entidade <sup>(1)</sup>	Total
Auditorias	1	1	-	2
Inspeções Ordinárias	174	167	47	388
Inspeções Extraordinárias	55	18	14	87
Inspeções Especiais	6	2	2	10
Tomadas de Contas	-	1	1	2
<b>Total</b>	<b>236</b>	<b>189</b>	<b>64</b>	<b>489</b>

Fonte: DAE.

(1) Fundação, Autarquia, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista

Quanto à avaliação de sistemas de controle interno, foram realizados 9 (nove) trabalhos com o objetivo específico de avaliar o grau de confiabilidade e a adequabilidade do sistema de controle interno do ente auditado, nas áreas de tesouraria, contabilidade, almoxarifado, patrimônio, pessoal e utilização de veículos.

No âmbito do Tribunal de Contas desenvolveram-se ações comprometidas com a formação de seus servidores. A Escola de Contas e Capacitação "Professor Pedro Aleixo" promoveu as ações pedagógicas que foram objeto de projetos específicos mencionados no Relatório do Controle Interno, art. 6º, I, desta Prestação.

Ainda no âmbito do Tribunal de Contas, deu-se continuidade à política de informatização, buscando sempre informações concomitantes com a execução orçamentária e financeira dos entes fiscalizados. Cerca de 99% das prestações de contas municipais estão informatizadas. Das 2.078 entidades públicas municipais que estão obrigadas a prestar contas ao Tribunal, 2.052 estão conectadas com a Internet, através dos sistemas SICAM - Sistema Informatizado de Contas para Câmaras Municipais e SIACE - Sistema Integrado de Apoio ao Controle Externo. É importante frisar que o Tribunal de Contas já detém toda tecnologia do SIACE/PCA, o que representa um grande avanço na política de informatização. Apenas 26 empresas públicas e sociedades de economia mista terão que enviar a documentação a este Tribunal.

Dando seqüência à política de disponibilização de informações aos jurisdicionados, encontra-se disponível em nosso site o conteúdo das Revistas do Tribunal, a partir da edição n. 1/1997, possibilitando consultas a autor, doutrina, assunto e decisões. A home page do TCEMG







	31	10	47.250.410,00				48.170.410,00		48.169.355,10	48.169.355,10
			143.250.000,00		13.565.000,00	2.665.000,00	154.150.000,00		153.956.399,82	153.956.399,82

provalida por Grupo de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos/Procedência, não sendo possível sua discriminação por Projeto/Atividade ou por Elemento de

_ de janeiro de										
ASTOS SOARES - CRC N.º 61.892							SIMÃO PEDRO TOLEDO - PRESIDENTE			

QUADRO DOS GASTOS REALIZADOS COM PESSOAL POR CATEGORIA FUNCIONAL

D: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS												
ÍCIO: 2003												
Código	Especificação	Efetivo		Função Pública		Recrutamento Amplo		Terceirização (§ 1º, art. 18, da Lei Complementar n. 101/2000)		Contratação Temporária (art. 22 da CE)		Totais
		Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.
8	Direção Superior	308	28.484.011,60	-	-	42	3.245.323,54	-	-	-	-	350
	Assessoramento											
	Chefia											
6	Técnica	590	30.132.684,73	-	-			-	-	-	-	590
7	Especializada	370	19.815.644,10	-	-	4	600.930,15	-	-	-	-	374
	Administrativo											
0	Inativos/Pensionistas	404	52.267.051,90	-	-	-	-	-	-	-	-	404
is		1.672	130.699.392,33	-	-	46	3.846.253,69	-	-	-	-	1.718

(1) O Tribunal de Contas, no exercício 2003, contabilizou suas despesas por atividades programadas, conforme relatório do SIAFI (RFCAE355).



O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino da Itália e, após, o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino da Itália e do Hino Nacional.

#### Registro de Presenças

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Geraldo Magela Teixeira, Reitor da Rede CNEC de Faculdades; Gilson de Siqueira, Diretor e representante da FEDERAMINAS; Marcelo Matte, Diretor Regional da TV Globo Minas; Romeu Scarioli, Presidente do BDMG; Luiz Carlos Costa, Diretor-Presidente do Diário do Comércio; Carlaile de Jesus Pedrosa, Prefeito Municipal de Betim; Rizzoli Valentin, Presidente da Case New Holland; Mário Pacheco, representando o ex-Governador Rondon Pacheco; e Lúcio Portela, Diretor da Rede TV.

#### Palavras do Secretário Agostinho Patrús

Exmo. Presidente Mauri Torres, Secretário Danilo de Castro, Cardeal D. Serafim, Embaixador Vicenzo Petrone, homenageado, nosso amigo e uma das maiores figuras com quem temos convívio, Roberto Vedovato, Cônsul Gabrielle, Secretária Vanessa, Secretário Wilson Nélio, Reitor Eustáquio, Eduardo Bernis, Deputado Federal José Santana de Vasconcellos, Prefeitos Municipais de Betim, Carlaile Pedrosa, e de Nova Lima, Vítor Penido, Presidentes de empresas do Grupo Fiat, permitam-me cumprimentá-los nas pessoas de Valentino Rizzoli, Presidente da Case New Holland, e de Giacomo Regaldo, Presidente da Teksid do Brasil; Presidente do BDMG Romeu Scarioli, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Presidente da Fiat do Brasil, Roberto Vedovato, é um ato de justiça em reconhecimento a quem, com coração e pelas atitudes, já é mineiro, apreciador do modo de viver de Minas e de sua gente. Aqui aportou ao lado de sua querida Alcília, a quem também cumprimento neste momento.

Como interlocutor privilegiado do Grupo Fiat junto aos Governos do nosso País e de Minas, Roberto Vedovato soube equilibrar os interesses da empresa com os do povo mineiro. Presidente desde 1998, vem representando essa "holding" mundial e é responsável pela concentração das diversas áreas do Grupo Fiat em Nova Lima, no Edifício Piemonte, onde hoje funciona o maior centro de processamento de dados da FIAT fora da Itália e onde trabalham 650 pessoas.

De 1998, a FIAT investiu no Brasil US\$2.300.000.000,00, naturalmente quase que na totalidade no Estado de Minas Gerais, em novas tecnologias, produtos, empresas, em novas fábricas, transformando-as, quase todas, em líderes em seu segmento. Foi assim ao defender a histórica decisão da instalação da fábrica da IVECO em Sete Lagoas, inaugurada em 2001. Foi assim em 2002 que a FIAT, sob seu comando, faturou R\$1.100.000.000,00. É ainda desse modo que Roberto Vedovato foi um dos responsáveis pela decisão da construção da usina termelétrica de Ibitiré em parceria com a PETROBRÁS.

A atuação de Vedovato vai muito além do Grupo Fiat, seja na Presidência do grupo Esponenti Italiani, que reúne os mais representativos empresários italianos em atividade no Brasil, seja como Presidente da Câmara do Comércio Ítalo-Brasileira de Minas Gerais, onde trabalhou com grande afinco pelo estreitamento das relações entre a sua pátria de origem e o Estado de que, agora, torna-se cidadão. Sua atuação veio ressaltar essas relações históricas e privilegiadas de alguém que, ultrapassando os limites da maior empresa de Minas, demonstra o seu espírito empreendedor e de liderança nata. Desde que aqui chegou, há seis anos, já foi agraciado com inúmeros títulos honoríficos de Minas e, em novembro de 2003, com a maior comenda italiana, a de Grande Ufficiale della Repubblica Italiana.

Tomo a liberdade, em nome do povo mineiro e, por concessão especial do Presidente e dos demais companheiros, repito, em nome do povo mineiro e na Casa de seus representantes, de cumprimentar calorosamente aquele que para nós representa o que há de melhor em Veneza e, agora, para nossa alegria e orgulho, mineiro honorário, por seu trabalho e espírito de convivência, fazendo-se amigo, impulsionando o nosso progresso e praticando, a cada momento, o espírito de mineiridade que o faz admirado por todos aqueles que dele se aproximam.

"Grazie mille", Vedovato. Nós é que nos sentimos homenageados por tê-lo como conterrâneo. Novamente, "grazie, mio fratello".

#### Entrega do Título

O locutor - O Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, juntamente com o Secretário Agostinho Patrús, fará a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado ao Dr. Roberto Vedovato, passando-lhe às mãos o diploma, que contém os seguintes dizeres: "Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do decreto publicado no dia 8/10/2003, e a requerimento da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede a Roberto Vedovato o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais por sua relevante contribuição para o engrandecimento da terra mineira. Belo Horizonte, 5/4/2004. Aécio Neves, Governador do Estado de Minas Gerais; Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais."

#### Palavras do Sr. Roberto Vedovato

Exmos. Srs. Presidente Mauri Torres, Secretário Danilo de Castro, Cardeal D. Serafim, Vicenzo Petrone, Gabrielle Annis, Secretário Wilson, Secretária Vanessa, Eustáquio Afonso, Eduardo Bernis, Vítor Penido, Carlaile Pedrosa, não posso citar todos, mas um abraço especial ao Geraldo Santana e aos Deputados.

Minhas senhoras, meus senhores, quero desta tribuna fazer uma denúncia. Fui objeto de conspiração e tenho o dever de revelar os culpados: todos os do mais alto escalão dos Poderes constituídos. Um Deputado membro desta Casa, hoje Secretário de Estado, o próprio Presidente desta Assembléia e até o Governador de Minas Gerais conspiraram para que passasse por experiência que me tem violentamente emocionado nos últimos meses e que chega nesta noite ao seu ápice.

Tudo começou com estranha movimentação em meu próprio escritório de trabalho, onde passei a perceber, na fisionomia e nas ações de meus mais próximos colaboradores, algo de furtivo, de escondido, de secreto. Percebi aos poucos que coletavam informações a meu respeito, que um dossiê estava sendo preparado sobre meus antecedentes. Nessas ocasiões, pude notar veladas referências a um misterioso padrinho, título sussurrado apenas quando me viam desatento ou quando não julgavam que estivesse em guarda e alerta. Confesso que pensei em interpellá-los diretamente, mas, e se estivesse imaginando coisas, se tudo não passasse de ilusão provocada por tensão gerada por excessivo trabalho?

A sensação de desconforto aumentou quando, certo dia, passei a notar sorriso malicioso também na face de alguns interlocutores do Governo, que sempre julguei amigos, à minha aproximação. Perguntas enigmáticas, tapinhas nas costas, "e então, Roberto, tudo bem? Novidades?". Essas perguntas eram acompanhadas de olhares entrecruzados de clara cumplicidade, mas sobre o quê?

Mas um dia a verdade mostrou sua face: em audiência com o Governador, olhou fixamente em meus olhos e disse impiedosamente: "Agostinho Patrús propôs, a Assembléia aprovou e sancionei a concessão do seu título de Cidadão Honorário de Minas Gerais." Estava confirmada a conspiração. Naquele momento, a suspeita se transformou em angústia: "será que eu poderia? Seria capaz de assumir plenamente a condição

de mineiro? Poderia incorporar aquelas características que nem mesmo os mineiros de berço e criação sabem muito bem quais são, mas que os distinguem de modo inegável diante dos outros brasileiros?". Recentemente, um jornalista e escritor mineiro, radicado há décadas em São Paulo, descreveu de maneira sutil a doce inveja dos paulistas: "Existe aí um preconceito. Mas é suave e cordial".

Eis-me aqui hoje, angustiado, pois incorporo à minha natureza veneziana aquela eterna pergunta, aquele destino de todos os mineiros, aquele carma dos que têm o privilégio de ser chamados mineiros. Afinal de contas, o que é ser mineiro? Fui aos sábios, aos livros, à Internet. Descobri que luminas da literatura, das artes, da política, em grande número, se haviam debruçado sobre a questão. Estava, portanto, salvo, pensava. Mas o que encontrei? De Fernando Sabino a Afonso Arinos de Mello Franco, de Frei Betto aos Drummond - Carlos e Roberto - de Guimarães Rosa a Eduardo Frieiro, de Milton Campos a José Maria Alkimim, de Juscelino a Tancredo, só a pergunta. Nenhuma resposta. Mas descobri, talvez, que só há um modo de se definir o que é ser mineiro, e revelo minha suspeita a todos vocês, meus amigos, que vieram partilhar este momento feliz de minha vida. Ser mineiro é, precisamente, indagar-se sempre, todos os dias da existência, sobre o que é ser mineiro. Para nós, mineiros, isso equivale a perquirir sobre o que é o homem, seu papel no mundo, seu dever com o próximo e com a sociedade. A mineiridade é, pois, um humanismo especial, a crença arraigada nos valores do indivíduo e na necessidade de sua realização, mas na perspectiva peculiar de quem se encontra inserido na realidade que chamamos Minas Gerais. Talvez o isolamento ancestral entre as montanhas tenha gerado essa consciência da alteridade. Talvez a solidão das longas noites passadas em vigília junto às datas auríferas seja a responsável pela consciência de que nós não somos como os outros.

Há um mistério em Minas que faz com que até os de fora, mesmo os de passagem, percebam que aqui os valores universais se acentuam e se aperfeiçoam, revelando sua pureza original. Giuseppe Morchio, responsável pelos destinos do Grupo Fiat em todo o mundo, permaneceu três dias entre nós e testemunhou algo surpreendente, para quem vive a realidade mais que centenária de uma empresa europeia. Sobre a nossa realidade da Fiat aqui, ao observar o grande sentido de identificação com a empresa, tanto entusiasmo e paixão, declarou textualmente: "Creio que aqui estejam os verdadeiros valores de nosso grupo".

É claro que alguma dosagem de simpatia pessoal dirigida a mim presidiu a idéia dessa maravilhosa conspiração. Mas sou mineiro bastante para ter consciência de que só meu trabalho em Minas à frente das empresas do Grupo Fiat me propiciou a oportunidade de ser visto e lembrado por tão generosos conspiradores. Não faço nenhum favor, portanto, ao dividir esta homenagem com meus colegas, em especial com os Superintendentes dessas empresas, aqui presentes, os verdadeiros responsáveis pela continuidade dessa história de sucesso empresarial.

Quando aqui chegou, tímida, na década de 60, com uma fábrica de tratores em Contagem, a Fiat semeava o grão que frutificou de modo pujante na década de 70, quando o complexo formado pela Fiat Automóveis e pela Teksid em Betim se juntou ao trabalho da CNH, naquela época denominada Fiat-Allis. Hoje somos cerca de 23 mil pessoas, nessas empresas e em outras como a Iveco em Sete Lagoas, a Magneti Marelli em Contagem e em Lavras, e a Fiat do Brasil em Nova Lima, que acolhe também toda uma gama de empresas de serviços, como a Business Solutions e outras. A parceria histórica com Minas Gerais se transformou em cumplicidade, à medida que o jeito mineiro de ser nos foi seduzindo, para o nosso bem e para o bem da coletividade. Isto posto, preciso demonstrar a mim mesmo que, para mim, o ser mineiro não representa apenas ter conquistado o direito de dizer "uai" impunemente. Creio ter adquirido o direito de me fazer todos os dias aquela pergunta: "o que é ser mineiro?". E ser mineiro neste início do século XXI é dar uma boiada para não sair da briga pelo pleno desenvolvimento de nossa terra. É não perder o trem da hora de se restabelecer a infra-estrutura de transportes, cuja deficiência tanto onera a atividade produtiva. Já sabemos a cor da fumaça, não precisamos esperar por ela para aproveitar a circunstância de termos à frente do Governo de Minas uma liderança jovem e capaz, consciente de sua responsabilidade histórica.

Em minha oficial condição de mineiro, coloco-me a serviço de nosso Estado, cabendo-me declarar que as empresas do Grupo Fiat, tão mineiras quanto eu, continuam parceiras de Minas e cúmplices da mineiridade. Obrigado.

#### Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Secretário de Governo, Deputado Federal Danilo de Castro, representando o Governador do Estado, Dr. Aécio Neves; Revmo. Cardeal D. Serafim Fernandes de Araújo; Embaixador da Itália, Vincenzo Petrone; Presidente da Fiat do Brasil S.A., Roberto Vedovato, nosso ilustre homenageado; Sra. Lígia Corregioli, esposa do Dr. Roberto Vedovato, a quem externamos nosso carinho; Cônsul da Itália, Gabrielle Annis; Secretário de Transportes e Obras Públicas, Deputado Agostinho Patrús, ex-Presidente desta Casa e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; Secretária de Estado da Educação, Vanessa Guimarães Pinto; Secretário de Desenvolvimento Econômico, Wilson Nélio Brumer; Reitor da PUC Minas, Eustáquio Afonso Araújo; Presidente da ACMinas, Eduardo Bernis; como extensão da Mesa, o ex-Presidente desta Casa e Deputado Federal José Santana de Vasconcellos, cuja presença agradecemos; Prefeitos, colegas Deputados e Deputadas, senhores do Executivo e empresários.

Ser mineiro não significa apenas nascer neste Estado, mas, principalmente, ter identidade com esta terra, identidade que se traduz com o sentimento de amor pelas Minas Gerais.

Roberto Vedovato nasceu em Veneza, lugar único no mundo, com a peculiaridade de seus canais e a herança cultural de seus doges, seus artistas e do espírito de aventura de Marco Polo, que trouxe até o Ocidente e ao nosso imaginário a revelação do longínquo Oriente. Na direção oposta de Marco Polo, Roberto Vedovato chegou ao Novo Mundo, escolhendo o Brasil e, especificamente, Minas Gerais. Sua missão: estreitar ainda mais a amizade entre seu país peninsular e estas muitas minas que, embora constituindo lugar plural nas palavras de nosso escritor maior, Guimarães Rosa, têm base histórica única, certo temperamento coletivo e hábitos iguais no trato com o outro, no modo de fazer suas coisas e de se alimentar. Essa mineiridade, assim que reconhecida, passa a integrar a experiência e a alma do visitante sensível.

Nos anos mais recentes da vida do Estado, papel de relevância tem sido exercido pelo Grupo Fiat, primeiro com a pioneira fábrica de Betim, depois com a implantação da IVECO em Sete Lagoas. Inúmeros projetos culturais, esportivos e sociais, ao longo das últimas décadas, têm recebido o suporte do grupo, numa retribuição efetiva à sociedade que o acolheu.

A partir de 1998, no comando da Fiat do Brasil, Roberto Vedovato, falando fluentemente a língua portuguesa, veio, auspiciosamente para nós, reorganizar as atividades do grupo. Nosso homenageado tem levado a cabo a promoção da imagem institucional da FIAT junto a órgãos públicos e aos diversos setores da vida brasileira em momento especial, quando o grupo tem feito altíssimos investimentos em novas tecnologias, produtos, empresas e fábricas. Entre os anos de 1999 e 2003, Roberto Vedovato dirigiu a Câmara de Comércio Ítalo-Brasileira de Minas Gerais, tornando ainda mais valiosas as relações entre mineiros e italianos. E desde 2001 preside o grupo Esponenti Italiani, que reúne os mais representativos empresários italianos com atuação no País. É criador do Prêmio Américo Vespúcio, que destaca personalidades brasileiras e italianas, estreitando a aproximação entre o Brasil e a Itália.

Ao homem que se apaixonou por nossa cultura, nossos hábitos e nossa história, todo o reconhecimento desta Assembléia que representa o povo de Minas Gerais. Roberto Vedovato, que já detém, entre outras honrarias, a Medalha da Inconfidência, é, a partir de agora, oficialmente, cidadão de Minas Gerais. A Presidência manifesta às autoridades e aos demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a

reunião ordinária de amanhã, dia 6, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 6/4/2004.). Levanta-se a reunião.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 7/4/2004

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.734, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2.40 e 2.41 da Tabela A do Anexo I e aos itens 5.10 e 5.11 da Tabela D do Anexo IV.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.784, que torna obrigatória, nos estabelecimentos que menciona, a afixação de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias dos alimentos por eles comercializados. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.843, que dispõe sobre os rios de preservação permanente e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 4º e pela rejeição do veto aos demais dispositivos.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.852, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.855, que altera dispositivos da Lei nº 12.812, de 28/4/98. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.898, que dispõe sobre assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção nos veículos de transporte coletivo intermunicipal. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.921, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da Justiça Estadual de 1º e 2º graus e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.925, que dispõe sobre a prática da Educação Física na rede pública estadual de ensino. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.927, que altera o art. 1º da Lei nº 13.722, de 20/10/2000. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.928, que dispõe sobre a responsabilidade social na gestão pública estadual, altera a Lei nº 14.172, de 15/1/2002, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos arts. 7º, 11 e 14 e pela rejeição do veto ao art. 13.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.174/2003, do Deputado Gustavo Valadares, que regulamenta o tombamento da serra da Piedade, na forma em que dispõe o art. 84, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a

realizar-se às 9 horas do dia 7/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 7/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Parecer sobre o Substitutivo nº 3 ao Projeto de Lei nº 679/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.602/2004, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 7/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 307/2003, do Deputado Paulo Piau; 1.224/2003, do Governado do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 521/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria; 803/2003, do Deputado Sidinho do Ferrotaco; 922/2003, do Deputado George Hilton; 1.003/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.089/2003, da Deputada Ana Maria Resende; 1.221/2003, do Deputado Sebastião Helvécio; 1.358/2004, do Deputado André Quintão; 1.396, 1.398 a 1.401/2004, do Governado do Estado; 1.410/2004, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.624/2004, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 7/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 727 e 831/2003, do Deputado João Bittar; 1.053/2003, do Deputado Adalclever Lopes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 195/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 446/2003, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.291/2003, do Governador do Estado; 1.296/2003, do Deputado Neider Moreira; 1.298/2003, do Deputado Padre João; 1.299/2003, do Deputado Célio Moreira; 1.305/2003, do Deputado João Bittar; 1.326/2003, da Deputada Vanessa Lucas; 1.403/2004, do Governador do Estado.



Requerimentos nºs 2.596 a 2.599/2004, do Deputado André Quintão; 2.601/2004, do Deputado Domingos Sávio; 2.621/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.623/2004, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 7/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.515/2004, do Deputado Doutor Ronaldo; 2.532/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.548 e 2.551/2004, do Deputado Chico Simões; 2.573/2004, do Deputado George Hilton; 2.603 e 2.610/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.619/2004, da Deputada Vanessa Lucas; 2.622/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.626/2004, do Deputado Ricardo Duarte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão Especial dos Aeroportos, a realizar-se às 15h30min do dia 7/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Marília Campos e os Deputados Alencar da Silveira Jr., André Quintão e Elmiro Nascimento, membros da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social; Sargento Rodrigues, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da Comissão de Segurança Pública, para a reunião a ser realizada em 13/4/2004, às 9h30min, no Colégio Nazaré, no Município de Araçuaí, com a finalidade de se debater, em audiência pública, as condições de trabalho dos fiscais do Ministério do Trabalho no vale do Jequitinhonha, especialmente em Araçuaí.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2004.

Alberto Bejani, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos Titulares do Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Weliton Prado, Ivair Nogueira, Leonídio Bouças e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2004, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se argüirem os Srs. Alexandre Magno Leão dos Santos e Arthur Eugênio Quintão Gomes e, se possível, de se apreciar o parecer do relator e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de março de 2004.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Padre João, Doutor Viana, Luiz Humberto Carneiro e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2004, às 9h30min, no Salão de Catequese da Igreja do Rosário, na Praça do Rosário, em Rio Espera, com a finalidade de debater a situação dos pequenos produtores rurais do Município de Rio Espera e região, que buscam alternativas ao carvão vegetal na produção agrícola; e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2004.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 1º/4/2004

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, nobres colegas, faremos uma breve reflexão para partilhar alguns receios. O COPAM causa-nos algumas preocupações. As reuniões são quase semanais, o que é importante e positivo, pois há muitas demandas e, ao mesmo tempo, agilidade para atendê-las. Mas, preocupa-nos a forma. Na semana passada, havia um relatório do corpo técnico da FEAM contrário ao início da usina hidrelétrica de Murta porque o impacto ambiental e social não a justificaria. Isso estava na pauta, e lideranças do Estado que comungavam com o relatório vieram para a reunião.

No início da reunião, com um telefonema do Secretário de Meio Ambiente, o relatório foi retirado da pauta porque apresentava parecer contrário. Nesta semana, em outra reunião do COPAM, foi apresentado relatório contendo inúmeras pendências em relação à usina hidrelétrica de Candonga, tema de audiência pública nesta Casa. As pendências são reconhecidas pelo próprio consórcio, como o não-acerto com garimpeiros e meeiros e os problemas de reassentamento das famílias. A própria casa do João Caetano - sumido desde fevereiro do ano passado - fica dentro do canteiro de obras. Eu e os colegas Deputados Fábio Avelar, Maria José Haueisen, Doutor Ronaldo e outros, tivemos oportunidade de visitá-la. Na verdade, João Caetano resistia à forma como estava sendo conduzida a negociação com aqueles que estavam envolvidos no processo de desapropriação. Entretanto, apesar das inúmeras pendências, esta semana foi concedida a licença de operação, ou seja, está-se enchendo um reservatório, em local onde casas, igrejas e toda uma comunidade urbana serão atingidas, sem estar acertado o reassentamento das famílias.

De fato, é preocupante a forma como estão acontecendo as deliberações no COPAM. Não se trata da primeira nem da segunda vez em que, mesmo havendo relatório com parecer contrário, se toma outra decisão - decisão política, mas não de uma política pela vida, de compromisso social, de comprometimento com o desenvolvimento sustentável, com a qualidade de vida. Confesso que estou muito preocupado.

Temos nesta Casa proposta de minha autoria e da Deputada Maria José Haueisen, e deveremos ainda refletir sobre o assunto.

O Deputado Laudelino Augusto (em aparte)\* - Deputado Padre João, queria solidarizar-me com a sua luta, que tem sido também nossa, junto aos atingidos por barragens. Gostaria de lembrar exatamente esse projeto, apresentado pelo senhor e pela Deputada Maria José Haueisen, o qual teve importante artigo vetado, o art. 3º, que dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas. Na semana passada, acompanhamos as comemorações do Dia Nacional de Luta dos Atingidos por Barragens, quando foi feito questionamento ao Governador do Estado por haver vetado esse artigo. Neste momento, gostaria de me corrigir ou até mesmo de fazer justiça ao Governador, que, é claro, assinou o veto. No entanto, é bom dizer que esse veto ocorreu a pedido das Secretarias de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Social.

É uma questão de justiça. Os atingidos por barragens questionaram o Governador. É claro que foi ele quem assinou, mas é bom que se saiba que, na verdade, foi a pedido do Secretário João Leite, da Secretaria de Desenvolvimento Social, e do Secretário José Carlos Carvalho, da Secretaria de Meio Ambiente.

Na próxima segunda-feira, faremos uma audiência pública em Lavras, precedida de visita técnica às obras de duplicação da BR-265 entre o Município de Lavras e a Rodovia Fernão Dias. Fizemos visitas em agosto do ano passado. Documentos deveriam ter sido enviados à Comissão, mas ainda não o foram. É nossa obrigação acompanhar a retomada das obras, que serão feitas até Barbacena. Foram convidados para a audiência o Prefeito de Lavras, o Presidente da Câmara Municipal de Lavras, o Secretário de Transportes e Obras Públicas, o Ministério dos Transportes, por meio do DNIT, a Universidade Federal de Lavras e a empresa TRATEMG, que deveria ter feito a duplicação, mas ainda não a fez. As obras estão sendo perdidas.

Reafirmo a solidariedade à luta dos atingidos. Não somos contra a barragem, mas ela deve ser feita com respeito à dignidade das pessoas, feridas em sua cultura e desenraizadas do lugar onde moravam, permanecendo sem a indenização e o tratamento devidos. Parabenizo o Deputado Padre João. Estamos juntos nessa luta.

O Deputado Padre João - O Deputado Laudelino Augusto assomou-se contra o desrespeito ao cidadão. Cremos no bom-senso desta Casa quanto ao veto. Fico surpreso de o veto ter vindo da SEDESE, pois o Programa de Assistência Social - PAS - é que dá segurança às famílias atingidas. Licenças não podem ser concedidas se o problema não foi solucionado. A justificativa do veto é que a lei gerará conflitos. Pelo contrário, amenizá-los-á. Desconheço um empreendimento que não possua conflitos. O PAS foi vetado. Não somos contra.

Aplaudimos o Governo Federal por ter lançado, nesta semana, o Pro-Infra, que diversifica a matriz energética. Trata-se de um convênio entre os Ministérios de Minas e Energia e de Meio Ambiente, o qual incentiva e diversifica a matriz energética, tendo fomentos na produção da energia eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas - PCHs -, que não possui grande impacto. Dessa forma, todos poderão produzir energia elétrica, até mesmo um pequeno empreendedor. Há dados escandalosos.

Hoje, o ouro do momento são a água e, sobretudo, a hidrelétrica. Temos que rever os benefícios de um empreendedor que vai produzir energia elétrica. Parabenizo o Governo Federal, que já está no caminho certo. Temos aprovada uma visita à Ministra Dilma Rousseff. Esse é o rumo. Precisamos considerar a energia eólica, a biomassa e as PCHs, que são o caminho para o desenvolvimento. É preciso abrirmos espaço para novos empreendimentos, pois os que temos aqui, se não estão nas mãos de uma multinacional, estão nas mãos da CEMIG.

A Deputada Maria José Haueisen (em aparte) - Deputado Padre João, cumprimento-o por sua luta e determinação em defender os atingidos por barragens e combater a injustiça social. Faço coro com o senhor nesse aspecto.

Nosso Projeto de Lei nº 12.812 foi vetado em parte, e estamos exatamente querendo discutir e salvar aquele pessoal que é empurrado com a barriga, como diz o ditado popular, quando há a ordem para que o lago ou reservatório comece a encher. É lamentável que esse projeto tenha recebido um veto, mas acreditamos na sensibilidade do Governador, Secretários e Deputados presentes, que não de ter bastante independência nesta hora.

Não queremos aumentar custos para os empresários nem, absolutamente, retardar e prejudicar o trabalho das empresas, mas apenas discutir em audiência pública o que vai acontecer aos que irão ser atingidos. Como diz o ditado popular, o que é discutido e combinado não é caro. Que mal há em se discutir com eles o local para onde vão, as características das casas e a área que ocuparão, para saber se poderão fazer uma criação? Não há despesas, aumento, nada a mais para os empresários das barragens. Queremos que os atingidos tenham a tranquilidade que queremos para cada um de nós.

Parabéns por sua luta. Continuaremos nela. Com certeza, os Deputados desta Casa não de ser sensíveis a pessoas tão maltratadas nessa situação. Muito obrigada.

O Deputado Padre João - Agradeço à Deputada Maria José Haueisen e parabeno-a também por sua luta e pela autoria desse projeto de lei. Registro a lucidez do Deputado Alberto Pinto Coelho e sua abertura em rever esse veto. Acreditamos que houve um equívoco. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, desejo fazer uma discussão em torno do episódio que envolveu o Sr. Waldomiro Diniz, assunto que não está devidamente encerrado e que precisa ser retomado, para aprofundarmos o debate em torno da questão, por mais que isso incomode e atrapalhe o andamento da vida política, econômica e social do País, como tem acontecido nos últimos tempos, mais como uma deliberação de setores da Oposição do Governo Lula do que como a realidade dos fatos merecia.

Coincidentemente ou não, ontem, nesta Assembléia, realizamos uma sessão especial, apontando que, nesse dia, o golpe militar no Brasil completaria 40 anos. A ditadura faria 40 anos, se não tivéssemos conseguido reverter esse quadro.

Foi muito ressaltado que lembrar essa data significa lembrar ao povo brasileiro que não podemos ser condescendentes com golpes ou com golpismos. Coincidentemente, o caso Waldomiro Diniz ganhou outros contornos, que são exatamente os daqueles que, como o Subprocurador da República, desejavam derrubar o Governo do PT e atentar contra o regime democrático no Brasil. E isso aconteceu exatamente nas proximidades dos 40 anos do golpe militar. O povo brasileiro tem de ficar atento, porque aqueles ressentidos do processo democrático, por detrás dos panos, começam a - ou nunca param - tentar algum golpe.

No dia 17 e, depois, no dia 18 de fevereiro, quando esse caso veio à tona, ocupei esta tribuna e rebati algumas críticas. Chamei a atenção, em nome da Bancada do PT - PCdoB nesta Casa, para o fato de que, por detrás do discurso de alguns setores importantes da Oposição, incluindo-se o do ex-candidato José Serra, brincava-se com a tese da desestabilização do Governo Lula. Hoje, fiz questão de buscar palavras que proferi naquele dia 28, em que já chamava a atenção para o perigo dos setores da Oposição que desejavam a desestabilização do Governo Lula e que falavam na instalação de uma CPI no Congresso Nacional, não para apurar algo, mas apenas para desestabilizar o Governo. Isso consta das notas taquigráficas.

Muitos pensaram ser a minha fala estranha e um pouco exagerada. Fiz questão de voltar a elas, porque o que digo hoje parece ser já comum ao povo brasileiro, que enxergou os atos do Subprocurador da República, Sr. Santoro, amigo íntimo do ex-Ministro da Saúde José Serra. O povo brasileiro já sabe que se tratava ali de um Subprocurador a serviço da tese da desestabilização, que, sem nenhum pudor, às 3 horas da madrugada, anunciava o seu desejo, não apenas de desestabilizar o Governo, como também de derrubá-lo e de ferrar o Ministro José Dirceu.

Vejam bem. O segundo homem na representação do Ministério Público está atrapalhando a imagem desse órgão, que merece o nosso respeito. Ele está atuando não apenas de acordo com a tese da desestabilização, mas também com a tese da derrubada do Governo do PT, conforme aponta o jornal "O Globo". Portanto, agiu na calada da noite, às 3 horas da madrugada, para tentar derrubar um Governo democraticamente eleito, utilizando-se de atos completamente absurdos.

Isso não retira o que desejamos, ou seja, a apuração do caso e a punição do Sr. Waldomiro e de todos os envolvidos com o que assistimos na fita.

Ficou evidente que, por detrás daqueles que discursavam em favor da instalação da CPI, existia a tese da desestabilização e - quem sabe? - da derrubada do Governo.

Deputada Maria José Haueisen, é impressionante a ligação desse Sr. Santoro com os tucanos desde a época em que o José Serra era Ministro da Saúde no Governo Fernando Henrique. Ele buscou a desestabilização da candidatura da Roseana Sarney, conseguindo que não fosse candidata pelo PFL a serviço do Sr. José Serra e dos interesses dos tucanos naquela ocasião. Atacaram até mesmo aliados de primeira hora, como o PFL.

É ainda esse Sr. Santoro amigo do Delegado que também buscou desestabilizar - e conseguiu - a candidatura de Roseana Sarney e tinha estreitas relações com o José Serra, que hoje tenta negar a ligação perigosa que mantinha com esse Subprocurador. Aliás, ele era tido como futuro Procurador da República, caso o José Serra tivesse vencido as eleições. Portanto, era o homem de confiança que dava ao candidato o suporte jurídico de que necessitava dentro do Ministério da Saúde, inclusive com contratações de firma de espionagem. Tinha, nesse Santoro, o acobertamento para as suas atitudes no Ministério. É esse senhor que está por trás da tentativa de derrubada do Governo do PT.

Fico impressionado de ver como ainda existem Senadores com coragem de pedir uma CPI no Congresso Nacional, insistindo na tese da desestabilização. Dissemos desde o início que a apuração deve ser feita, mas que a CPI tinha esse sentido. Felizmente, tenho de dizer que não foram todos os setores da Oposição que caíram nessa tese perigosa. Na época, o próprio Governador Aécio Neves teve a hombridade de dizer que não era para tentar tirar proveito político desses acontecimentos para desestabilizar um governo democraticamente eleito. Mas essa não foi a atitude da imensa maioria do PSDB, que procurou no Congresso Nacional, juntamente com setores do PFL, tirar a estabilidade do Governo, com claro ressentimento pela derrota eleitoral que até hoje não engoliram, o que naquele tempo denunciávamos aqui. Hoje, o golpe que queriam armar contra o PT está claro para a Nação brasileira.

O Governo do PT é um Governo ético, de um partido ético, que tem e continua tendo a preocupação de apurar tudo o que ocorreu, mas defende uma apuração que de fato aplique punições sem desestabilizar o País. Ficaram mais de 40 dias torcendo para que tudo desse errado, para que as bolsas caíssem, para que a inflação voltasse, para que o Governo desse errado, dizendo que havia o caos e a instabilidade política. Fizeram e aprontaram. Tentaram de todas as formas desacreditar o Governo sério do Presidente Lula. Fizeram isso de golpistas que são alguns setores da Oposição. Alguns com voz aqui nesta Casa tentaram espelhar esse verdadeiro absurdo, afirmando que o Governo não fazia nada. A resposta é muito clara: em relação ao caso, afastou o Waldomiro e colocou o Ministério Público para apurar as denúncias, mesmo sem merecer respeito essa parcela do Ministério Público do Sr. Santoro. Mas até ele pôde entrar e fazer toda essa confusão, desmoralizando-se. O Ministério Público agirá para punir esse tipo.

Mais do que isso, o Governo demonstrou que está apto a continuar fazendo com que o Brasil sofra as mudanças necessárias. O Governo Lula apresentou uma agenda positiva à sociedade brasileira. O Ministro Palocci foi ao Senado e à Câmara Federal e explicou o que é a política econômica. Foi brilhante, aplaudido, inclusive, por setores da Oposição. Deu garantia de que o Governo tem as rédeas do controle inflacionário e do dólar e que este é um País respeitado no exterior. O próprio risco-país caiu. Portanto, mantém o controle da política econômica a duras penas, apesar do caos deixado pelo Governo anterior. Mais do que isso, ele anunciou investimentos de R\$1.700.000.000,00 para a reforma agrária, algo que o Fernando Henrique nunca fez. Ao invés de reprimir, atendeu os trabalhadores rurais, para que, assentados, possam trabalhar na terra e ajudar no crescimento da economia. Ontem, ao contrário do que fez o Governo Fernando Henrique, que praticamente liquidou a indústria brasileira, anunciou investimentos de R\$5.000.000.000,00 na política energética alternativa e de R\$15.000.000.000,00 na política industrial, para recuperação do nosso parque, jogando as cartas no crescimento da economia.

É esse o Governo do Presidente Lula, que também anuncia aumento para o funcionalismo público além da inflação, que se compromete, faz e cumpre sua promessa na ponte de Itinga. É esse o Governo que não está paralisado coisa alguma. Agora, demonstrou que a paralisação era apenas a tese de desestabilização daqueles que perderam as eleições e que, até hoje, não se acostumaram com esse fato, buscando, junto a esse Santoro, derrubar o Governo do PT, como ficou atestado nas fitas a que todos assistimos de forma triste. Esse Subprocurador do Ministério Público sujou a imagem de uma instituição tão importante. Deputada Maria José, já lhe concedo um aparte. Com ele estava o Sr. Serra Azul - até no nome o homem é serra -, que disse que o nosso Governo tinha feito um contrato imoral com a GTECH. Quis fazer denúncias falsas com relação ao contrato que, na realidade, teve um deságio de 15%. Em outras palavras, 15% mais barato que o contrato do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Esse Sr. Serra Azul, porque o outro Serra é multicolorido e de bico grande, fez uma denúncia falsa. A única pessoa que ele disse estar isenta de culpa é o Sr. Cachoeira. Culpou todos os outros, mas absolveu o bicheiro, com medo de que ele entregasse a fita para a Rede Globo, como o fez. Quando o bicheiro se arrependeu de entregar a fita porque estava absolvido, não teve jeito de voltar atrás. Então, a farsa do Procurador Tucano, do Sr. José Serra e dos golpistas veio abaixo. Essa é a realidade nua e crua dos fatos. Isso em nada tira a culpa do Sr. Waldomiro, que será punido pelo nosso Governo, como deverá ser punida essa parcela do Ministério Público, esse Sr. Santoro, esse Sr. Serra Azul e todos que conspiraram contra a democracia no Brasil. Conspiraram agora, quando comemorávamos a derrubada da ditadura, que não conseguiu completar 40 anos. Mas o golpe no Brasil não ocorrerá novamente. O Ministro José Dirceu havia dito que os pingos nos is começariam a aparecer. Apenas começaram a aparecer, porque as ligações perigosas dos golpistas com o PSDB vão vir à tona, as mesmas ligações que o Senador Antônio Carlos Magalhães, que é nosso inimigo político, denunciou. À época, disse que o Sr. Serra e seus espíões, entre eles o Sr. Santoro, o principal, agiram para desestabilizar a candidatura de Roseana Sarney. É dessa forma que agem esses senhores inconformados por terem perdido a eleição. Diz o jornal "O Globo", que nunca foi petista: "Procurador diz em fita que agia para derrubar o Governo do PT e para ferrar o Ministro José Dirceu". Felizmente, a farsa foi desmontada. Passamos por momentos difíceis. Um setor da Oposição, irresponsável e golpista, quis atrapalhar o crescimento do Brasil, quis tirar proveito de um momento, envolvendo um Governo probo e honesto em corrupções que envolvem esse sujeito de terceiro escalão do nosso Governo. Não conseguiram. O Governo marchará firme para as mudanças de que o Brasil precisa, com mais força, mais respaldo popular, apontando a reforma agrária como a principal, tendo o crescimento do Brasil como meta fundamental do nosso Governo, tirando-nos da dependência do capital financeiro internacional, tornando o Brasil um País que, com a cabeça erguida, se relaciona com os outros países do mundo e que não se submete mais apenas aos interesses do imperialismo americano, como no Governo anterior. É esse o Governo que continuaremos a construir. Não permitiremos que os golpistas hajam no interior do Brasil e do Congresso Nacional com CPIs que têm, simplesmente, o sentido político de desestabilizar o Governo, como agora está provado. A atitude golpista contra o Governo do Lula causa-nos indignação. Obrigado.

O Deputado Roberto Carvalho\* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, colegas presentes nas galerias, pessoas que acompanham nossos trabalhos, tenho três assuntos para abordar hoje. Primeiramente, manifesto a minha solidariedade, e acredito que de toda a Casa também, ao Manifesto pela Segurança do Município de Água Boa de Minas. Esse município, situado no vale do rio Doce, na confluência dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, no sertão de Minas Gerais, com 1.326,29km<sup>2</sup>, com uma população de 18 mil habitantes, ostenta índice de desenvolvimento humano semelhante aos piores do mundo, parecidos aos dos países africanos. A população, por meio desse manifesto, faz uma denúncia grave a respeito da falta de segurança nesse município. A situação lá é tão crítica que, no período de janeiro de 2003 a fevereiro de 2004, tivemos 14 homicídios. Temos lá apenas quatro policiais. A população está indignada! Todas as paróquias e associações estão cobrando da Secretaria de Segurança Pública e do Governo do Estado ações urgentes, a fim de conter a onda de violência que se abate sobre aquela cidade. Já foi encaminhado o manifesto à Polícia Militar e ao Secretário.

Queremos aqui, creio que unanimemente, cobrar do Governo do Estado atitudes urgentes, a fim de que se dê segurança mínima à população de Água Boa.

Numa segunda questão, quero dizer que no Brasil temos, ao longo da nossa história, muitas farsas; aliás, as elites políticas sempre foram pródigas em fabricá-las.

Lembrava, juntamente com a Deputada Jô Moraes, que em 1937, para que tivéssemos implantada no Brasil a ditadura do Estado Novo, foi criada uma farsa por meio de um suposto plano, divulgado na imprensa, da Intentona Comunista, o chamado Plano COIN. Resultou, daí, a ditadura do Estado Novo, que permaneceu até 1945. A primeira coisa que fizeram, depois de implantada a ditadura, foi colocar o PC na clandestinidade e perseguir aqueles que lutavam pelas liberdades neste País e aqueles que lutavam para que tivéssemos um país de igualdade, de justiça, um Brasil com um projeto nacional.

Tivemos, recentemente - todos se recordam - uma grande farsa nacional. Estamos falando das nossas privatizações, que começaram no Governo Collor. Qual era a chamada? De um lado, estão os dinossauros, os que defendem a estatização do Estado. Uma mentira!

Nós, do PT, nunca defendemos que hotéis pertencessem ao Estado, mas que setores estratégicos da economia ficassem nas suas mãos. Por exemplo, os setores de telecomunicações da Europa, além de outros, pertencem ao Estado. Houve até uma corrente defendendo que o setor siderúrgico também fosse considerado estratégico.

Aquela grande onda de privatização começou, nessa fase do capitalismo, dominada pelo setor hegemônico, que é o capital financeiro internacional, na Inglaterra, com Margaret Thatcher, espalhando-se por todo o mundo. A Argentina foi liquida: venderam o que tinham e o que não tinham. Para V. Exas. terem uma idéia, setores do Governo desejavam privatizar a PETROBRÁS, companhia que deu o maior lucro no ano passado - maior que o das indústrias automobilísticas -, em toda a América Latina. Mas queriam entregá-la.

Tentaram vender para o povo brasileiro que os dinossauros não queriam privatizações, queriam um Estado atrasado. "Queremos a modernidade. Vamos colocar o Brasil no rumo da modernidade. Vamos privatizar." O que diziam a respeito do dinheiro? "Os recursos advindos das privatizações irão resgatar dívidas sociais." Esse foi o discurso. Entregaram as companhias siderúrgicas mais modernas do mundo, sempre precedidas de investimentos públicos. A primeira foi a Açominas. Depois, veio a Vale do Rio Doce, cujo patrimônio era avaliado em US\$200.000.000,00. Após dois anos, com o lucro obtido, pagaram o que haviam gasto com a compra da empresa.

Fizemos um pequeno levantamento. Os resultados são estarrecedores. Foram demitidos 546 mil trabalhadores que trabalhavam nas estatais privatizadas. O Governo arrecadou, segundo o jornalista Aloisio Biondi, R\$85.000.000,00 com as privatizações. Sabem qual foi a sua despesa? Como foi dito, pagou para entregar o nosso patrimônio, porque gastou R\$87.600.000,00.

Conforme dados oficiais da Secretaria da Receita Federal, a receita teria sido de US\$82.000.000,00 para uma despesa de US\$85.000.000,00. Como bem lembrou o Deputado Durval Ângelo, o mestre "Kafunga" já dizia que, no Brasil, "o que é certo é errado e o que é errado é certo". Segundo o BNDES, arrecadamos US\$100.000.000,00 e gastamos mais que isso. Foram gastos US\$80.000.000,00 para cobrir os custos referentes a moedas podres.

Essa foi a farsa criada em torno das privatizações para liquidar, doar um patrimônio, que foi construído com o sangue e o suor do povo brasileiro. É preciso fazer justiça ao Governador Aécio Neves, no caso Waldomiro Diniz. A posição do nosso partido é a que foi apresentada pelo Deputado Rogério Correia. É inaceitável o que fez Waldomiro, que, após as investigações, sofrerá todas as penas da lei. Sempre dissemos que esse caso foi arranjado: nunca fizeram denúncia de algo ocorrido no Governo Lula.

Agora a farsa começou a ser desmontada. O Governador Aécio Neves foi prudente e sensato. Tão logo ela saiu, disse que não podemos partidarizar a denúncia. Se há denúncia, devemos apurá-la. Imediatamente o nosso Governo tomou todas as medidas, demitiu o Sr. Waldomiro

e abriu inquérito.

Deputado Elmiro Nascimento, V. Exa. é inteligente e um brilhante Deputado, mas o seu partido, o PFL, bancou as privatizações, torrou o patrimônio nacional e entregou a riqueza nacional na mão dos estrangeiros. Hoje o Brasil paga "royalties" do que é dele. Antes tínhamos um patrimônio, uma riqueza e uma inteligência nacional criados e forjados pelos brasileiros. Depois fizemos o contrário. Hoje pagamos pela riqueza que doamos ao estrangeiro.

Há muitos membros do PFL de muito respeito; aliás, alguns que saíram do partido questionam essas privatizações, que o PFL defendeu ardorosamente.

Concedo aparte ao Deputado Elmiro Nascimento, sempre muito brilhante.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Deputado Roberto Carvalho, obrigado pelo "brilhante". O PFL sempre foi a favor das privatizações. O Presidente Lula também tem privatizado alguns órgãos do Governo. V. Exa. sabe muito bem disso. Portanto, não somente o PFL, mas também o PT estão privatizando.

O Deputado Roberto Carvalho\* - Cite um órgão privatizado pelo Governo Lula.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Não posso citar, mas já houve a venda de um órgão. O Deputado Rogério Correia, a quem prezamos muito, falou que o PFL deseja desestabilizar o Governo. Não existe isso. Pelo contrário, o partido deseja o crescimento do Brasil.

O Deputado Roberto Carvalho\* - Deputado Elmiro Nascimento, V. Exa. é um homem sério. Como pode haver crescimento do Brasil com essa farsa, que é uma vergonha?

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Queremos o crescimento do Brasil e que Deus ilumine o Governo do PT. Questionamos que, até agora, somente ele vê esse crescimento. Vemos que o Brasil parou no tempo e no espaço.

O Deputado Roberto Carvalho\* - O Brasil já estava parado.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Observem quantos milhões de desempregados há no Brasil. O Governo Lula prometeu 10 milhões de empregos. No ano passado, havia 2 milhões de desempregados. Este ano, acredito que este número subiu para 1 milhão, pois há milhares de pessoas desempregadas. O caso do Sr. Santoro não inocenta o do Waldomiro.

O Deputado Roberto Carvalho\* - Foi isso que dissemos.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - O patrimônio público foi dilapidado. Esse é mais um motivo para abriremos uma CPI. O PT não acredita mais no Ministério Público e na Polícia Federal, que, aliás, se encontra em greve. Quem vai...

O Deputado Roberto Carvalho\* - O PT acredita nos membros do Ministério Público que agem corretamente. Pessoas como o Sr. Santoro devem ser punidas. Não vamos generalizar. Enviamos a denúncia do caso Waldomiro ao Ministério Público.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Já levantou a suspeita.

O Deputado Roberto Carvalho\* - Suspeita, não.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - A Polícia Federal encontra-se em greve, e há um questionamento sobre o Ministério Público. Quem fiscalizará o caso Waldomiro? O Governo? Então, por que não instalarmos uma CPI, que é um ato legítimo e democrático? O PT a vida inteira levantou essa bandeira. Isso traria a público o que realmente aconteceu.

Ontem, infelizmente, não tive condições de conceder-lhe um aparte. V. Exa. falou que o PFL é o partido dos banqueiros. Não temos nada contra banqueiros. Pelo contrário, há muitos que são excelentes pessoas, cidadãos comuns, que prezamos muito, pois, no dia-a-dia, colaboram para o crescimento do País. É claro que há os que deturpam a imagem deles. Desprezamos os companheiros banqueiros de bicho do PT. O PFL não os tem. Muito obrigado.

O Deputado Roberto Carvalho\* - Deputado Elmiro Nascimento, vamos por parte. Devemos deixar claro que o PT nunca vendeu ilusões ao povo brasileiro. O Presidente Lula disse que iríamos fazer - e faremos - as grandes mudanças que o País nunca teve. Quanto à herança que o PFL e outros partidos nos deixaram e à exclusão social, que há séculos e séculos existe no Brasil, sabíamos que não seriam superadas da noite para o dia.

Nunca prometemos milagres para o povo brasileiro, acreditamos no trabalho de todo o povo. O País está mudando, pela primeira vez temos uma política agrícola, pela primeira vez o produtor rural está recebendo recursos. Ontem, grandes industriais disseram: "É a primeira vez, em décadas, que o Brasil tem uma política industrial.". Ontem, foi anunciada a política industrial, que há décadas o País não via. São palavras dos setores dirigentes da indústria nacional. Essa herança do desemprego é terrível, e devemos enfrentá-la. É uma tarefa difícil, mas começa pela mudança de modelo que estamos fazendo. Em momento algum continuamos a política desastrosa e catastrófica de Fernando Henrique, que vendeu o País em troca de bananas. Venderam, entregaram e pagaram para vender. Isso nunca aconteceu em nenhum lugar do mundo. Pagamos para que levassem o que é nosso, e continuamos pagando. Pagaremos a vida inteira, pois as empresas estrangeiras receberão "royalties" anualmente.

Não temos nada contra a pessoa do banqueiro, separamos a crítica política - e o que significa o sistema financeiro internacional - da pessoa do banqueiro. Respeitamos as pessoas, e há pessoas boas entre os banqueiros.

Quanto à crítica barata e desqualificada de que o PT tem banqueiros de bicho, como pessoas também respeito. Mas não entramos no mérito, porque não faz jus a sua história e a sua pessoa. Sou um homem muito digno para comentar uma crítica tão pequena e barata quanto essa, sabendo que o PT é um partido sério.

Obrigado, continuaremos esse debate posteriormente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a mulher de César não pode apenas ser honesta, deve, também, parecer honesta. Com esse velho ditado latino, gostaria de abrir nosso pronunciamento de hoje, sobre o suposto atentado sofrido pelo Juiz Corregedor e Diretor do Fórum de Belo Horizonte, Wanderlei Salgado de Paiva, no último dia 11 de março. Inquérito Policial nº 001/2004-CA/SGPC. Ficamos admirados quando da escuta telefônica das 29 fitas, num total de 49 horas, realizada com autorização judicial, com laudo específico da Polícia Federal. O que mais despertou atenção nessas fitas não foram os crimes do Sr. Fadel, que já eram conhecidos de toda a sociedade, nas cidades por onde passou: Betim, Igarapé, Ribeirão das Neves, São Gonçalo do Rio Abaixo, Santa Bárbara, Belo Horizonte e tantas outras. Essa versão começou a se confirmar ontem, com a primeira condenação do Delegado de Polícia Marcos Túlio Fadel.

Ontem ele foi condenado à pena de dois anos e oito meses por coação a testemunha no curso de processo, juntamente com dois Detetives: os Srs. Jucênio e Túlio. Com toda certeza, a condenação se confirmará logo no processo principal, que é o de tortura, especialmente de menores, bem como no de concussão, no de abuso de autoridade e em mais 35 procedimentos existentes contra ele na Corregedoria de Polícia.

Porém, o que mais nos chamou a atenção foi o fato de haver uma rede ligada a esse Delegado, bandido, criminoso, torturador. Essa rede infelizmente possuía uma vertente interessante dentro do Judiciário mineiro. Entre os que faziam parte dela, estava o nome do Juiz Corregedor, Diretor do Fórum, Wanderlei Salgado de Paiva. Tomamos conhecimento das conversas entre os Srs. Wanderlei e Fadel, em que os dois declaravam ser amigos, colegas. O Wanderlei orientava, ajudava em um plano do Fadel, inclusive conversando pelo telefone celular com o Delegado que estava preso. O Wanderlei sabia disso, porque, durante a segunda conversa que tiveram, perguntou ao Delegado se ele estava preso. O Delegado respondeu que sim.

Na representação à Procuradoria-Geral de Justiça, representamos contra o Juiz, alegando ter cometido crimes diferentes, conforme estabelece o Código Penal: advocacia administrativa, prevaricação, favorecimento pessoal, fraude processual. Isso estava bem caracterizado e expresso nas conversas que ele tinha com o bandido preso. Aguardamos, o mais rápido possível, uma manifestação da Procuradoria-Geral de Justiça com relação a essa representação. O único posicionamento que admitimos é o de se fazer denúncia criminal contra esse Juiz à Corte Superior. Após encaminharmos essa representação, também enviamos à Presidência do Tribunal de Justiça pedido de afastamento imediato do Juiz da Diretoria do Fórum e da Corregedoria de Justiça.

No dia 11, por volta de 21h30min, as informações da imprensa divergiram. No próprio inquérito policial e no laudo, mantém-se essa pequena e relevante contradição. O Juiz sofreu um atentado e disse que, ao se dirigir à casa de um irmão que mora na Rua Funchal, quando estava na Rua Mantena, no cruzamento com a Rua Funchal, percebeu que estava sendo seguido. Assim ele falou. Está dessa forma no Boletim de Ocorrência nº 187.597 da PM. Ele reconheceu que a marca da moto era Agralle, e o pára-lama, vermelho.

Naquele momento entrou em pânico, sendo seguido pela moto. Quando a moto cruzou com seu carro, um Ford Fiesta, vários tiros foram dirigidos para o interior do veículo. Sorte do Juiz, que estava sozinho, assim como do carro, que não sofreu grandes danos, porque o vidro do passageiro estava levantado, mas o do motorista estava abaixado. Nem houve estilhaço de vidro, o que, de alguma forma, preservou sua integridade física, fazendo com que mal algum lhe acontecesse.

Três peritos, naquela mesma noite, dirigiram-se ao local: Jales Leite da Fonseca, Antônio Francisco da Silva e Sérgio Márcio Costa Ribeiro. Além de fazerem a perícia no local, esses peritos criminais levaram o carro do Juiz para a perícia técnica, para que pudesse ser analisado de forma mais atenta e cuidadosa.

O Juiz também declarou que, quando percebeu a aproximação da moto, ligou as setas do seu carro para entrar à esquerda, na Rua Funchal. De fato, constatam que as setas esquerda, dianteira e traseira estavam ligadas, indicando que o Juiz iria realmente tomar esse caminho.

Há uma primeira contradição no caso. Ele disse que, após o atentado, freou bruscamente o carro e saiu correndo gritando por socorro. Isso foi registrado nos dias 12, 13 e 14 por todos os órgãos de imprensa de Belo Horizonte. Mas, no primeiro ponto do laudo dos vestígios, a perícia indica e tem várias fotos... Não tenho as fotos coloridas. Sempre que a Comissão de Direitos Humanos pede laudos à perícia técnica recebe, como nos originais, as fotos coloridas. Mas esse laudo foi solicitado ao Dr. Otto, que determinou ao Dr. Adams que o enviasse a nós. Infelizmente, não vieram tal qual o original, como em outros laudos que já recebemos, mais detalhados. Mas, mesmo em preto e branco, percebemos que a conclusão está correta: ausência de marcas de frenagem. Então, em momento algum o Juiz freou o carro, em momento algum houve uma parada brusca para livrar-se de seus perseguidores.

Ademais, o carro não estava no meio da pista, sinalizando que fosse entrar para a esquerda. Estava na margem lateral direita da Rua Mantena, a 30cm da guia da calçada, enquanto a frontal distava 7m do cruzamento das Ruas Uaproma e Funchal. Podemos ver, pelas fotos, que o carro está como o laudo concluiu: parado, estacionado num lugar ermo com iluminação deficiente.

Outra questão é que, deixando as setas acesas ao parar o carro, o freio de estacionamento do veículo estava acionado. Mesmo correndo, no desespero, o Juiz teve o cuidado de frear o carro. É um motorista prudente. E é interessante que também foi observada no banco do motorista uma inclinação de 110°. Prestem atenção. Essa inclinação de 110° distou 50cm dos pedais e 68cm da porção ântero-inferior do assoalho. Esse será um dado importante. Além do mais, as portas estavam fechadas.

Mesmo tendo ele saído na correria, no desespero, gritando por socorro, ainda teve o cuidado e o zelo de fechar a porta do seu carro.

Outro detalhe importante é que havia grânulos de pólvora incombusta, que não entrou em combustão, vista microscopicamente, no banco direito do passageiro. Na parte direita, na ponta do seu banco, também havia pólvora detectada microscopicamente. Interessante é que, no porta-luvas do carro, havia uma folha de papel amassada, suja e amarelada, com o mapa do caminho de um sítio, de uma propriedade rural no Município de Igarapé. Em outra hora, vou falar sobre esse sítio.

Os Peritos, levando em conta o princípio matemático de que entre dois pontos necessariamente passa uma reta, principalmente nos dois pontos da perfuração - de uma das perfurações da poltrona, a entrada e a saída -, conforme as fotografias, tiveram a preocupação de passar uma vara de metal, em linha reta, para mostrar claramente o trajeto da bala e de onde o tiro teria partido. Temos várias simulações com vareta, mostrando a seriedade do trabalho e que foi feito com grande zelo. Essa vareta branca é a mais provável e mostra de onde o tiro partiu.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, qual a conclusão do laudo? Primeiro, o carro estava parado, inclusive no momento do tiro. Não precisa ser especialista para verificar, pela foto, que as duas balas estavam horizontalmente no mesmo sentido, mostrando claramente que os tiros foram dados com o carro parado, estacionado à direita da Rua Mantena. O laudo conclui que o Juiz não entraria com o carro na rua à direita. A seta ligada foi uma montagem, uma vez que ele estaria até desrespeitando norma do Código de Trânsito Brasileiro. Ele teria de entrar à esquerda, indo ao centro do ponto da conversão, e não ficar estacionado à direita.

Sobre a inclinação dos bancos, os Peritos dizem: "O encosto em 110° do banco do motorista dificultaria sobremaneira que este conduzisse o

veículo". Os dois Peritos, um com 1,78m e o outro com 1,76m, fizeram uma simulação, entrando dentro do carro, e constataram que seria impossível dirigir o carro com o banco naquela posição.

Havia pólvora no banco direito do passageiro. A reta feita pela simulação dos Peritos indica claramente que o tiro foi dado, conforme os Peritos, "o que evidencia que os disparos foram efetivados com a arma no interior do veículo, presumivelmente nas proximidades do volante". Então, não houve tiro de ninguém que passava em uma motocicleta modelo Agralle, de pára-lama vermelho, dado de fora do carro.

Quem deu esses tiros de dentro do carro? Aí vem a grande pergunta. Por que o Juiz não quis fazer exame residuográfico em suas mãos? O que se queria esconder com isso? Fica a dúvida, Srs. Deputados.

A terceira conclusão é que, pela posição do tiro e do banco, seria impossível que qualquer disparo atingisse o Sr. Juiz de Direito, Diretor do Fórum de Belo Horizonte, Corregedor da douda Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O parecer técnico diz: "Acreditam os signatários que, no momento em que ocorreram os disparos, o veículo estaria parado ou mesmo estacionado". Os Peritos dizem, ainda, a propósito do banco inclinado: "Os signatários acreditam que o encosto do banco tenha sido propositalmente reclinado pelo próprio condutor do veículo, Juiz Wanderlei Salgado de Paiva, por ocasião do fato, visto que a movimentação do encosto só ocorre mediante o giro manual da manopla - peça circular sulcada, fixada na base do banco, do lado direito". Sendo assim, o laudo conclui que "não ocorre movimentação do encosto caso ele seja forçado para frente ou para trás".

Como disse no início, se a mulher de César não pode somente ser honesta, mas deve também parecer, o que concluir dessa situação? Depois de minha representação contra o Juiz, o desatento pistoleiro, que usou revólver 38, mais desatento ainda, deixou cair um bilhete - a prova do crime -, que foi encontrado pelo Detetive Portela, dizendo o seguinte...

O carro do doutor bandido, fruta podre da magistratura mineira, como falou o Deputado Durval Ângelo, é um Fiesta velho, abacate, placa GQQ-7123. Ele está saindo tarde do Fórum, dispensa Soldado e vai sozinho. Faça o serviço bem feito e, logo em seguida, o pago.

Era claramente para que passasse como vítima e incriminasse este Deputado e a Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Deixo aqui nosso repúdio. Qual a posição da Corte Superior do Tribunal de Justiça? Qual a posição da Corregedoria do Tribunal? Temos que esperar mais que legalidade nas ações da mulher de César, para que esse episódio não manche o Judiciário mineiro, que é sério, probo e exemplo para este País. Não podemos permitir que simulações como essa prejudiquem a imagem do Judiciário. De peito aberto, mostramos a fraude, partilhamos o fato com nossos colegas e contamos com o apoio desta Casa.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, senhoras e senhores, o competente, brilhante, sensível e muito atuante Deputado André Quintão, por ocasião da inauguração, se não me engano, de uma ponte sobre o rio Jequitinhonha, estendeu, pelo que entendi, sua visita pela região. Em Araçuaí, encontrou-se com algumas pessoas e alguns Prefeitos, que lhe teriam comunicado a suspensão do Bolsa-Escola por parte do Governo do Estado, tratava-se mais especificamente de um documento que lhes teria sido encaminhado por um representante da Secretaria da Educação, usando o nome do Secretário Adjunto dessa Secretaria.

A denúncia feita pelo nobre Deputado é a de que 12.600 famílias teriam deixado de receber o Bolsa-Escola estadual. Além disso, 30 Prefeituras haviam comunicado o mesmo fato. O expositor manifestou grande espanto diante da atitude bárbara, desumana e injusta de um governo insensível contra as famílias mais pobres entre as pobres, que tanto necessitam de ajuda governamental. Foi assim que recebi a notícia, pois, como estava no Plenário, acompanhei todo o pronunciamento.

Comprometi-me com o nobre Deputado André Quintão que traria ontem, quarta-feira - não lembrei que estava marcado aquele ciclo de debates neste Plenário -, informações sobre o assunto. Já inscrito para falar pelo art. 70, o Deputado novamente usou a tribuna para dizer que nada havia sido explicado; no entanto, eu ainda não havia tido tempo de usar regimentalmente da palavra.

Deputado André Quintão, V. Exa. é muito bem-informado. Mas sugiro que se informe melhor sobre as inovações e os programas sociais trazidos pelo Governo Federal. Eles merecem aplausos de todos nós, brasileiros. Antes a Ministra Benedita da Silva era quem se encarregava desse setor. Atualmente é o Ministro Patrus Ananias. O Governo Federal fez algo inteligente que precisava ser feito. Disse isso da tribuna, pois é obrigação de todos os governos o fazerem. Mas nem todos percebem isso e desejam a racionalização e a otimização dos recursos públicos. Então, Deputado André Quintão, busquei as informações. Em outubro do ano passado, houve esse documento. V. Exa. talvez saiba disso, pois não me lembro exatamente. O Governo Federal promoveu uma grande cerimônia convocando todos os Secretários da área social do Brasil para comunicar a unificação dos programas sociais, a qual é uma medida extremamente inteligente e, sem dúvida nenhuma, trará melhores resultados para a sociedade. A partir daí, o Ministério da Ação Social, ou melhor, o Governo Federal procurou os Estados, inclusive Minas Gerais, propondo o seguinte: uma vez que o Governo Federal... Se não me engano, o Programa Bolsa-Escola ou o Bolsa-Família foi inicialmente implantado no Governo de Campinas ou no Governo do PT não sei de qual município. Essa era uma bandeira do PT. Até por uma questão de coerência, ao chegar ao Governo, tinha de realmente implementar ações nesse sentido.

Deputada Marília Campos, 92% dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social foram destinados ao Programa Bolsa-Família, do Governo Federal. Inteligentemente, o que pensou o Governo Federal? Nos Estados em que houver um programa similar, unificaremos. Então, reuniram os Secretários da Pasta da Ação Social de todo o Brasil para mostrar a seguinte proposta: os senhores devem comprar outra agenda complementar a essa ação social e deixar que cuidemos da questão do Bolsa-Família. Então, a tese do Governo Federal é dizer: o Estado, para que não haja sobreposição de ação...

Deputado Paulo Piau, sabemos que os recursos estão sempre aquém das necessidades. Assim, a racionalização é um ato inteligente, diria até de bom-senso e necessário. Obviamente preferiria que cada família recebesse R\$500,00, R\$600,00 ou R\$1.000,00 por mês.

Porém, é preciso atender a toda a demanda, a questão social no Brasil é gravíssima, existem quase 60 milhões de excluídos, sendo que 30 milhões estão abaixo da linha da miséria. Estamos falando de uma realidade muito complexa.

Qual a proposta inteligente do Governo Federal? Em parceria com os Estados, racionalizar. Os Estados cuidariam das ações complementares, e o Governo Federal, da distribuição do Bolsa-Família. O Governo Federal sai da duplicidade de ação Bolsa-Família e Bolsa-Escola, e deixa unicamente o Bolsa-Família, mas os Estados entram complementando essas ações.

No dia 1º de outubro de 2003, o Secretário João Leite encaminhou documento para o Ministério da Ação Social nos seguintes termos: "Em conformidade com o que foi pactuado entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Minas Gerais, encaminhamos a V. Sa. a relação dos programas complementares a serem oferecidos por este Estado como contrapartida da unificação dos programas federais de transferência de renda. Estamos disponibilizando, também, a relação completa dos participantes do programa Bolsa-Família do Estado de Minas Gerais, e que serão, conforme acordo, assumidos pelo Governo Federal". Esse documento foi recebido no dia 2 de outubro de 2003.

São os seguintes os programas que o Governo do Estado de Minas Gerais se compromete a assumir, pelo acordo feito com o Governo Federal: transferência do Bolsa-Escola estadual para o programa federal, como forma de unificação da ação governamental de incentivo e frequência à escola e melhor focalização dos programas sociais, alcançando-se 81.837 crianças - hoje, o atendimento é feito para 27.845 famílias. Os projetos federal e estadual se sobrepõem em 15 mil famílias. Cerca de R\$23.000.000,00 do Tesouro Estadual são aplicados anualmente nesse projeto. A sobreposição era de 15 mil, imagino que os 12 mil devem ter sido o início das ações; Saneamento Básico - Mais Saúde Para Todos, que amplia a cobertura do sistema público de abastecimento de água e do esgoto sanitário, incrementando o tratamento de esgoto na Região Metropolitana de Belo Horizonte e nas cidades com população acima de 100 mil habitantes. Alguns atendem a essa região que o Deputado citou, outros não; Saúde em Casa, recursos da ordem de R\$114.330.000,00, inclui regionalização da assistência à saúde; melhoria e ampliação do ensino fundamental, elevação dos índices de aprendizagem dos alunos da rede pública, com ampliação da duração do ensino fundamental para nove anos, universalização e melhoria do ensino médio, ou seja, expansão das oportunidades educacionais; Inclusão Digital, promovendo inclusão digital e universalização do uso da internet, permitindo acesso a todas as camadas da população, com recurso estimado; Lares Geraes, que inclui construção e reforma de moradia nas zonas urbana e rural, com incentivo à prática do mutirão, em operações casadas com os municípios, com recursos previstos da ordem de R\$128.000.000,00; centros públicos de promoção do trabalho, promovendo o desenvolvimento integrado das ações que compõem a política pública do trabalho e renda; Minas sem Fome, visando implementar projetos que possibilitem às populações vulneráveis à fome e à desnutrição o acesso aos meios para produzir os alimentos componentes da cesta básica para consumo e, como alternativa do incremento de renda, para garantir segurança alimentar e nutricional dessa população, de forma permanente e sustentável; criação do banco de alimentos; apoio às iniciativas da economia solidária; hortas comunitárias; microcrédito, ou seja, ampliação das linhas de crédito por meio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais para pequenos empreendedores, como forma de democratização do crédito, tendo sido aplicada uma média de R\$12.000.000,00 por ano na concessão; emissão de documento civil com a utilização do posto do SINE-MG e do Centro Público de Promoção do Trabalho; encaminhamento profissional.

O que, na verdade, está ocorrendo? Uma parceria saudável, necessária, entre os Governos Federal e Estadual. Para a implementação disso, os entendimentos começaram em outubro do ano passado. Já estamos em abril, ou seja, há seis meses essas ações estão sendo trabalhadas. Volto a afirmar: trata-se de uma atitude inteligente do Governo Federal, que preferiu concentrar tudo em determinado programa, o Bolsa-Família, e transferir, em vez de se utilizar da sobreposição dessa assistência. O Governo Federal disse: "Você fica com essa parte, e eu, com essa outra". É importante dizer que, entre esses programas, está previsto aquele que não deixa as pessoas sem alimentos. Logo, não estamos falando de alguém que vai deixar de se alimentar, mas estamos dizendo que as ofertas de assistência social são ampliadas com a inclusão digital, a geração de emprego e renda, o microcrédito, o combate à fome, etc. Volto a dizer: essa foi uma proposta de política do Governo Federal. Logicamente, foi acolhida pelo Governo do Estado, porquanto está dentro da linha de melhor aplicação dos recursos públicos.

Deputado André Quintão, hoje, pela manhã, o Secretário de Desenvolvimento Social e Esporte, Deputado João Leite, recebeu um telefonema do Secretário de Planejamento Estratégico e Gestão do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza, Sr. Sérgio Paganini Martins, que reafirmou o compromisso do Governo Federal de assumir, por meio do Programa Bolsa-Família, as famílias atualmente atendidas pelo Bolsa-Escola estadual. E mais: declarou a liberação de 27 mil bolsas-famílias para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Como podemos comprovar, pois os documentos estão aqui, não é bem, como foi anunciado, um "saquinho de maldades" de alguém insensível ao problema dessas famílias.

Vimos recentemente os aposentados enfrentarem filas imensas, e o Governo tendo de agir para acabar com a maldade que estavam fazendo com os nossos queridos velhinhos.

As adaptações e mudanças dos programas provocam dificuldades não desejadas. Algumas ações são implementadas, buscando um resultado futuro. Não que se planejar e buscar os caminhos legais para essa implementação. Há todo um processo montado para isso. Algumas medidas precisam ser tomadas, para agilizar essa implementação.

O Deputado André Quintão (em aparte)\* - O nobre Deputado Miguel Martini, cioso no exercício das suas atribuições políticas nesta Casa, representando a Maioria, traz informações que alimentam o debate, mas que, de maneira muito respeitosa, gostaria de comentar.

V. Exa. menciona um ofício recebido no ministério da então Ministra Benedita. No entanto, talvez porque o pronunciamento ainda terá prosseguimento, não menciona uma reunião importante ocorrida em 28 de novembro, na Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, da qual participaram os Secretários João Leite, Anastasia e outros do Governo, juntamente com a Secretária Executiva do programa, a Sra. Ana Fonseca, hoje Secretária Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social, acompanhada, na época, pelo seu assessor André Teixeira, hoje Secretário Nacional do Programa Bolsa-Família, vinculado ao Ministério.

Naquela reunião, buscavam entendimentos diante do ofício de manifestação do Estado em virtude da exposição do Governo Lula de unificar e integrar os programas, o que considero bastante positivo.

Fico feliz porque essa reunião do dia 28 foi motivada por uma ação desta Assembléia. A Comissão de Participação Popular realizou, no dia 27 de novembro, uma audiência pública com a Secretária Ana Fonseca. E, a pedido da Secretária e do Deputado João Leite, organizamos essa reunião com o Governo do Estado, até para ajudar nessa unificação de esforços.

Nessa reunião foi estabelecida uma espécie de plataforma de compromissos. O Governo Federal enviaria para o Estado uma listagem das famílias atendidas em Minas Gerais. Isso foi feito. O Governo do Estado, por sua vez, comunicaria ao Governo Federal as famílias atendidas pelo Bolsa-Escola do Estado e que não recebiam nenhum outro tipo de bolsa.

Pela informação que tenho, essa checagem não foi feita no caso das famílias pagas pelo Estado, mas que não recebem nenhum outro tipo de benefício. Essas famílias, em potencial, deveriam ser incorporadas pelo Programa Bolsa-Família.

Feitas essas checagens, havia o compromisso de se estabelecer um cronograma para inclusão, e o Estado assumiria a responsabilidade sobre o cadastro dessas famílias não incluídas no Programa Bolsa-Família federal. Essas checagens, de responsabilidade do Governo do Estado, seriam a base para a integração das ações do Governo, incluindo-se as ações complementares.

Nesse assunto específico, Deputado Miguel Martini, evidentemente não faria denúncia sem buscar todas as informações com o próprio Ministro Patrus, há alguns minutos atrás, o qual está rigorosamente à disposição para prosseguir com o diálogo.

Mas hoje não há nenhum caminho objetivo para incorporação dessas famílias no mês de abril. Teremos que checar todas as informações. Se o Estado utilizasse os R\$21.000.000,00 do orçamento em ações complementares, como banco de alimentos, qualificação profissional, segurança alimentar, seria bom.

No entanto, tenho documento oficial do Estado dando ciência de que os 30 municípios serão desligados porque completaram os três anos. Não se trata de comunicado da equipe técnica, mas do gabinete do Secretário Adjunto de Estado dando ciência de que, completados três anos de programa, deve ser excluído.

Deputada Marília Campos e Deputado Rogério Correia, o comunicado poderia ser assim: "Em razão do entendimento com o Governo Federal e



pelo fato de o assessor Sérgio Paganini já incluir as famílias do Bolsa-Família no programa federal, comunicamos às famílias que, a partir de abril, as famílias não mais receberão ajuda".

O Deputado Miguel Martini - Deputado André Quintão, talvez uma das dificuldades nessa circulação de informações seja fruto de haver três secretarias envolvidas na questão. A informação que tenho é do Secretário João Leite, da Defesa e Assistência Social, o outro é o da Educação. Não sei o nível de informação que está circulando entre uma secretaria e outra, que está ensejando ações como essa. Tudo o que falei não está sendo tratado com a Secretária da Educação nem com o Secretário Ajunto da Educação, mas com o Secretário João Leite, responsável pela área. Essas informações podem estar equivocadas.

O Deputado André Quintão (em aparte)\* - Sr. Deputado, aprovamos na Assembléia requerimento para realização de audiência pública para tratar desse assunto. Não soltei saco de maldades ou barbaridades da tribuna. Mostrei à Deputada Marília Campos que tenho relatos oficiais da reação das famílias, que estão desesperadas, que queriam tomar satisfação com o pessoal do correio ou da equipe técnica, que não têm nada a ver com esse cancelamento.

Tenho informação de que das 27 mil famílias, cerca de 8 mil tinham de fato algum nível de duplicidade de programas de transferência. Nesse caso, há uma co-responsabilização para chegar-se aos R\$70,00.

O Deputado Miguel Martini - Conforme os dados, quando os Governos Federal e Estadual forneceram as listas, a duplicidade de ação abrangia 15.511 famílias.

O Deputado André Quintão (em aparte)\* - Deputado Miguel Martini, V. Exa. apresenta uma informação, mas as minhas são outras. A comunicação do cancelamento foi da Secretaria de Estado da Educação. O argumento era de que se tinha chegado aos três anos, conforme a lei, o que segundo meu entendimento não procede.

A informação que tenho do Ministro é de que terá boa-vontade para discutir com o Governador, no vale do Jequitinhonha parcerias. No caso, o Secretário Nacional do Programa Bolsa-Família me alertou para o fato de que o Estado deveria enviar alguns dados, que não foram repassados, inviabilizando inclusive o prosseguimento da integração. O argumento do Secretário da Educação não é a parceria com o Governo Federal, mas sim o fato de os municípios haverem completado três anos.

A lei é clara ao dizer que a família permanecerá caso não haja melhora econômica. Ainda há tempo de o Governo Estadual rever sua posição, iniciando um diálogo com o Governo Federal; de não se ater ao fato consumado. Parece-me que essa é a lógica do fato consumado. Mandá-se cancelar o Bolsa-Escola do Governo do Estado, e, na base, alguns dizem que o Governo Lula o fez. Em pouco tempo, dirão, no vale do Jequitinhonha, que havia um compromisso do Governo Federal de assumir as famílias, conseqüentemente será culpado no final de abril. Sexta e sábado, fui ao vale. O Governador, que estava presente, elogiou muito o Presidente Lula, e vice-versa.

Na segunda-feira, o Deputado Adelmo Carneiro Leão esteve em Carbonita. Lá, dizia-se que o Lula mandou cancelar o Bolsa-Escola do Governo do Estado. V. Exa. tem um compromisso com a defesa da vida. Precisamos fazer com que a avaliação técnica seja refeita sem partir do princípio que todas tiveram ascensão econômica. É preciso designar uma equipe técnica a fim de verificar quais não precisam. Essas devem ser substituídas. Em Belo Horizonte há integração. A Prefeitura mantém sua contrapartida. Há 10 mil famílias recebendo R\$150,00. O Bolsa-Família federal entra com R\$73,00, em média, e a Prefeitura, com mais R\$80,00, para que o valor não seja reduzido.

Nosso objetivo - o seu e o meu - são as famílias. Quem sabe não ajudamos a esclarecer algum mal-entendido nesse processo? Ao que me consta, não houve continuação no procedimento de negociação com o Governo Federal. O fato de o cancelamento atingir 12.600 famílias, no dia 30 de abril, é da maior gravidade. Há informações que apontam para a necessidade de manutenção do investimento do Estado nas políticas complementares. As informações são de que haverá um contingenciamento dos R\$21.000.000,00 previstos. Assim, não poderão ser gastos com sua finalidade. Essa medida mais parece uma transferência de responsabilidade de gasto para o Governo Federal do que uma real parceria. Se o fosse, o comunicado diria que, em razão da parceria, as famílias seriam desligadas e atendidas pelo programa Bolsa-Família do Governo Lula. Informaria, ainda, que o Governo do Estado tomaria iniciativa, nos 30 municípios, para aportar recursos para ações de segurança alimentar, combate à desnutrição, etc. Entretanto, a notícia, dramática, foi a de que o pagamento estava cancelado. O Governador pode até defender a integração, mas talvez não saiba que isso não evoluiu ao ponto de as famílias receberem o recurso no final de abril ou de o Estado criar uma rede complementar de ação.

Que todos nós tenhamos também o bom-senso de fazer uma avaliação, e que o Governo fale: Secretário, mande uma comunicação para lá, tranquilizando as famílias. Manteremos o pagamento, até que seja assinado convênio, como está sendo feito em várias áreas com o Governo Lula, para que as famílias mais pobres não sejam prejudicadas.

O Deputado Miguel Martini - Deputado André Quintão, volto a dizer que acredito na dificuldade de comunicação, em razão desse pacto, que está sendo feito com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes e, ainda, com a Secretaria da Educação.

Deputados, há ainda outro dado: defendo o mesmo que o Deputado André Quintão defende, ou seja, todos queremos que os pobres, aqueles que passam por dificuldades, sejam atendidos. Sabemos também que, por mais agilidade que se dê a uma máquina do Estado, as coisas não ocorrem com a celeridade que imaginamos e desejamos.

Tentarei agendar para o dia 15 essa reunião, apesar de não fazer parte da comissão. Nessa ocasião, poderemos - quem sabe? - identificar os entraves e dar maior celeridade a esse processo, papel também desta Casa. É bom que isso ocorra, para que aqueles que nos acompanham por meio da TV Assembléia possam perceber que os Deputados, aos sábados, domingos e feriados, estão percorrendo suas bases para ouvir as demandas e as reclamações do povo, pois somos a sua voz, seus legítimos representantes. É preciso irmos às bases, entrar em contato com a sociedade, o que a imprensa, de modo geral, faz questão de não divulgar. Deputado Rogério Correia, lembro-me de um debate, televisionado ao vivo pela mídia nacional, em que uma das perguntas mais formuladas foi: como um Deputado cristão pode aceitar trabalhar apenas três dias durante toda a semana? As pessoas acham que trabalhamos apenas três dias, considerando apenas o trabalho no Plenário. Sem dúvida, esse trabalho não deve representar nem 5% de toda a nossa atuação. O mesmo ocorre em relação aos recessos de dezembro, janeiro, fevereiro e julho, quando as pessoas imaginam que estamos de férias. Na verdade, não há processo legislativo, mas os Deputados aproveitam esse tempo para estar em suas bases.

Para encerrar, Deputado André Quintão, parabeno V. Exa. e o Governo por essa sensibilidade, que também possuo. Percebemos que há questões burocráticas e mecanismos que necessitam ser encontrados para atender à questão. O Estado de Minas Gerais e o Governo Federal querem ampliar o atendimento, buscando a otimização da aplicação dos recursos. Aguardamos a reunião do dia 15 e esperamos ter uma solução que possa agradar a todos. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Sr. Presidente, o prazo será suficiente. Venho buscando prazo maior para ocupar esta tribuna, a fim de fazer análise mais detalhada dessa conjuntura política, em especial, realizando avaliação do Governo do Presidente Lula.

Quero fazer essa avaliação com um tempo maior, porque vários Deputados de oposição ao Governo Lula ocuparam, recentemente, a tribuna para fazer o que Deputados Federais fizeram no Congresso Nacional, ou seja, repassaram um quadro irreal da situação do Brasil.

Há um setor da Oposição que demonstra irresponsabilidade em relação ao País. Tenta mostrar para a Nação brasileira que o Governo Lula se encontra num período de paralisia, que o Brasil, portanto, estaria mergulhado em uma crise econômica e social, o que não corresponde à realidade. O que acontece é exatamente o contrário. Por diversas vezes, procuramos pontuar as dificuldades do País quando o Governo Lula assumiu a Presidência.

Este não é o debate que pretendo fazer agora, mas nunca é demais dizer o que foi feito e o que houve de positivo. A principal pretensão do Governo Lula no ano passado foi a garantia da estabilidade econômica, para que, a partir dela, houvesse também estabilidade política. Dessa forma, o Governo passaria a cumprir suas metas e compromissos com a população. Se não tivéssemos conseguido isso, o Governo teria fracassado. Faço um parêntese para dizer que alguns setores apostaram no fracasso. No segundo turno da campanha eleitoral, o próprio José Serra, candidato do PSDB, dizia que o Brasil chegaria ao caos econômico, político e social, como ocorreu com a Venezuela e a Argentina, e que não teria condições de vencer a crise se o Lula fosse eleito. Desde aquela época, o candidato José Serra apostava no caos.

O Presidente Lula assumiu a Presidência com todas as dificuldades e, em vez do caos, estabeleceu-se uma estabilidade econômica produtiva. A inflação, que vinha galopante, foi controlada, e o dólar, que fugia das perspectivas mais sensatas, também o foi, caindo para menos de R\$3,00 e assim permanecendo. O risco-país, que significa o descrédito que há no exterior em relação ao Brasil, diminuiu, passando a ser um País acreditado. O índice, que estava subindo de 3 mil pontos quando o Presidente Lula assumiu, baixou para 500 pontos.

O Governo, além de batalhar pela estabilidade econômica, que não é o único compromisso do PT, passou a trabalhar pela retomada do crescimento econômico e pela divisão de renda. Essa passou a ser a obsessão do Presidente Lula. Assim o Governo começou a agir, e atacamos pontos importantes. Na política externa, tivemos uma ação extremamente positiva.

O Brasil passou a ser um país respeitado, o MERCOSUL passou a ser o centro de nossas atividades, e nós toureamos a ALCA, fazendo com que prevalecesse o interesse sul-americano. Assim, nosso País, sem sombra de dúvidas, tornou-se a principal referência para a Venezuela, a Argentina, o Equador, a Bolívia, enfim, para todos os países da América do Sul, extrapolando para a América Latina, incluindo o México.

O Brasil passou também a manter relações com os países árabes, a China, a Índia, além de "vanguardear" o grupo dos 21 países em desenvolvimento que não se curvaram aos interesses do imperialismo norte-americano, passando, portanto, a manter uma nova relação de respeito mútuo, negando-se a dar apoio ao fracassado belicismo do governo americano no Iraque, como se demonstra agora.

Portanto, nesse primeiro ano, o Governo, com altivez, passou a ter uma nova política externa.

Preparamos também o terreno para que o capital financeiro não tivesse a supremacia absoluta - como ainda tem, mas já minimizada - no próprio Brasil e no mundo. Passamos a acelerar o setor produtivo para depender menos do capital financeiro e não sermos escravos desse capital volátil, como há muito somos. Essas políticas demandam tempo. Não tínhamos uma correlação de forças na sociedade, uma hegemonia, com a qual pudéssemos simplesmente romper com o capital financeiro internacional e decretar o não-pagamento de uma dívida, sem cumprirmos o contrato. Não tínhamos e não temos a hegemonia absoluta para fazer isso, e o Governo, aliás, não se propôs a tal. Propôs-se a fazer com que os acordos fossem mantidos, mas modificados a partir da manutenção. De fato, foi anunciado ser esse o último acordo com o FMI, em outros parâmetros, com maior liberdade de ação do Governo, pelo Presidente Lula, pelo Presidente do Banco Central e pelo Ministro Palocci, o que nos dará uma independência maior frente ao capital internacional. Isso foi feito de forma serena pelo Presidente da República.

Tudo isso é um processo de construção, e o Governo passou a construir algo maior, que o Presidente Lula chamou de expectativa do espetáculo do crescimento. Teremos a retomada do crescimento econômico a partir da queda da taxa de juros, que chegou a 26,5% e encontra-se em 16,25%, valor ainda alto, mas muito menor que o deixado pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse é um dado importante para a retomada do crescimento.

Há ainda outros anúncios feitos pelo Presidente, os quais reitero agora: o investimento de R\$15.000.000.000,00 no nosso parque industrial sucateado, anunciado ontem; o investimento de mais R\$5.000.000.000,00 no setor de energia elétrica alternativa, setor fundamental que retomamos para o Estado, retirando-o das agências privadas que nele mandavam e desmandavam, paralisando, portanto, um processo de privatização e retomando os setores estratégicos para o Governo brasileiro; e o investimento já anunciado no setor de infra-estrutura e estradas, paralisado há muitos anos pelo Governo neoliberal que tinha outra concepção, que não a de desenvolvimento próprio.

Portanto, são políticas distintas. O Governo Lula precisava, no final do ano, acertar a casa e começou a fazê-lo com duas mudanças ministeriais importantes. A primeira colocando o Ministro mineiro Patrus Ananias, elogiado por todos em Minas Gerais, até mesmo pelo Deputado Miguel Martini, que acaba de elogiar a política do Governo Lula no que se refere à unificação das ações sociais, injetando na população mais carente investimentos, para que faça parte do mercado consumidor e ajude no aquecimento da economia pela base. Isso significa, em outras palavras, divisão de renda, processo fundamental.

Essa foi uma mudança importante que o Governo anunciou no início deste ano. Ele anunciou uma outra, do ponto de vista da estabilidade política, de trazer o PMDB para a base do Governo, por meio da inclusão desse partido, que dispõe de uma base importante social e no Congresso Nacional, em nosso ministério.

Deputada Marília Campos, que é a nossa pré-candidata quase oficial à Prefeitura de Contagem, isso significa que ciúmeiras começaram a aparecer nos partidos de oposição. O PT passou a despontar-se com um crescimento ainda maior que o das últimas eleições para Presidente, para Deputado e para Senador, que já foi muito grande. O PT realmente cresceu muito a partir da eleição presidencial, mas todas as pesquisas apontavam um crescimento ainda maior do PT, devido a esse cenário e à expectativa criada em torno do desenvolvimento econômico brasileiro, da divisão de renda e dos programas que passavam a ser tarefa central do Governo. Isso causou ciúmes, que levaram a essa fatalidade do caso Waldomiro, e que não foi uma mera coincidência. Esse funcionário de quarto escalão no Governo fez tudo aquilo de errado que assistimos na fita pela televisão. Por isso foi punido com a demissão. Contra ele foi aberto um processo, acompanhado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, para que sejam punidos todos os envolvidos e para saber se, no Governo Lula, ele obteve alguma vantagem para os setores do jogo do bicho e da loteria e para a empresa GTech, que controla esse jogo no Brasil. Tudo isso passou a ser investigado de forma detalhada e radical pelo Governo, com a ordem do Presidente Lula de punir qualquer um que fizesse algo errado no Governo. Isso foi posto como tarefa do Governo, além da demissão.

A Oposição, ressentida com a derrota do José Serra, que não vislumbrou o caos, como desejava, no primeiro ano de Governo, passou a dizer que, para tratar desse caso, teria de ser instalada uma CPI nacional, mesmo que o fato constante na fita se referisse ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e à Loteria desse Estado, e não ao Governo Lula. Nada do que foi feito de errado foi relacionado com o Ministro José Dirceu, a

não ser laços de amizade, que não correspondem a laços de corrupção. Setores da Oposição passaram a querer de toda forma que houvesse esse vínculo. Criaram uma cortina de fumaça como se o Brasil estivesse em um caos econômico e desgovernado. Pretenderam criar um processo de desestabilização do Governo. Nós, do PT, desde o início, chamamos a atenção para isso. A tese desse setor da Oposição é equivocada, porque leva à desestabilização e não ajuda o País. Dissemos isso desde o início.

Nesta semana, aquilo que intuíamos como uma vontade da Oposição ou de alguns dos seus setores se concretizou. O Procurador Adjunto do Ministério Público sujou a imagem do seu órgão, a serviço do ex-Ministro José Serra, seu amigo pessoal. O Sr. José Serra terá de responder a essas ligações perigosas. Essas são perigosas! Falavam das ligações perigosas entre o Waldomiro e o Ministro José Dirceu, mas, agora, falam sobre as ligações de Serra com o Procurador Adjunto, que textualmente disse que desejava derrubar o Governo Lula e "ferrar" o Ministro José Dirceu. Isso é palavreado para um Procurador Adjunto da República? Vieram a público, para a Nação brasileira, essas palavras do Sr. Santoro, amigo pessoal de José Serra, que serviu a ele no Ministério da Saúde e que, a seu serviço, desestabilizou a candidatura da Roseana Sarney. Há vários outros tentáculos de Serra denunciados pela imprensa, até mesmo pela "Folha de S. Paulo", que se tornou inimiga do PT e do Governo Lula. Esse jornal denunciava, à época, os tentáculos de Serra com o Sr. Santoro, no que diz respeito à espionagem, ao Ministério Público e à propaganda oficial.

Não irei abordar muito esse aspecto, mas esses tentáculos ocorreram com setores da Polícia Federal na época. Segundo a "Folha de S. Paulo" e a Rede Globo, TV a cabo, também haveria benefícios vindos do Serra para ajudar na sua campanha e desestabilizar a candidatura de Roseana. O Sr. Santoro era denunciado como artífice de Serra no Ministério Público. Caso Serra ganhasse, felizmente isso não ocorreu, seria ele o futuro Procurador-Geral da República, por seus serviços prestados ao tucanato durante a pré-campanha. Serra fez de tudo para ser candidato, atropelou até mesmo os seus aliados, como foi o caso do PFL. Esses tentáculos, portanto, são óbvios. Junto com tudo isso, estava o Sr. Marcelo Serra Azul, outro Procurador do Ministério Público, que ontem concedeu entrevista falando um monte de bobagens, julgando-se um inocente. Antes de a Polícia Federal terminar as averiguações do caso Waldomiro, ele denunciou toda a diretoria da Caixa Econômica Federal, como se o contrato entre esse Banco e a GTech tivesse sido fraudulento no Governo Lula. Fez essa denúncia, acusou de corrupção ativa e corrupção passiva o Presidente da Caixa, Dr. Matoso, e o seu Vice-Presidente, inclusive um mineiro, nosso amigo Bretas; acusou pessoas da GTech, acusou o Waldomiro. Enfim, acusou e denunciou todo o mundo, antes da conclusão do inquérito policial. O mesmo Serra Azul adquiriu documentos na Caixa sem ordem judicial, agindo não como Procurador, mas como agente político dos tucanos. Feita a denúncia, isentou apenas uma pessoa: o Sr. Cachoeira. E afirmou que isso ocorreu porque ele contribuía com o Ministério Público, mas na verdade era com o Serra Azul e o Serra Tucano. Contribuía de que forma? A verdade é: depois de tentar conseguir as fitas às 3 horas da manhã, ficou nítido que não cumpriram os compromissos - a fita ainda revelará isso. Mas eram compromissos de absolver o Sr. Cachoeira das denúncias. Como o acordo não foi cumprido, o Cachoeira entregou a fita para a Rede Globo, que, de posse da mesma, entregue por um intermediário do Sr. Cachoeira, verificou se era legítima. Comprovada a legitimidade, a emissora transmitiu o conteúdo da fita. Antes disso, mesmo sabendo da entrega da fita, o Sr. Serra Azul correu e fez a denúncia apressadamente, absolvendo o Sr. Cachoeira, para ver se ele não a entregava. Mas a "Inês era morta", ou seja, a fita já estava com a Rede Globo. O intermediário disse que não sabia por que o Sr. Cachoeira tinha recuado. Com isso, caíram as máscaras do Sr. José Serra, do Sr. Santoro e dos Procuradores tucanos de bico grande, que na verdade são agentes políticos do Sr. José Serra. Agora, pelo menos os tucanos pararam de falar em CPI. Esse é apenas um dos "pingos nos is" que o Ministro Dirceu disse que serão colocados. Os vínculos entre o Sr. Santoro e os tucanos apenas começaram a chegar para a população brasileira. O golpismo já é claro. Como disse o Ministro José Dirceu, namoraram com o perigo da desestabilização do Governo Lula, acharam que iriam desestabilizar um governo popular, um governo da esperança, eleito pelo povo brasileiro com muito sacrifício.

Tentaram, de todas as formas, fazer com que este Governo ficasse desacreditado, num sentido estritamente golpista e deram com os burros n'água. Os tucanos já se calaram, não falam em CPI. Alguns pefelistas continuam a falar em CPI. É evidente que essa CPI era peça da desestabilização do Governo, combinada, é evidente, com esses Procuradores de bico grande, que, provavelmente, serão punidos pelo próprio Ministério Público, que não irá tolerar isso, desmascarando também essa farsa imposta ao povo brasileiro. Trouxeram-nos incômodo durante os 40 ou 50 dias em que mentiram, esbravejaram, caluniaram o PT, o Ministro José Dirceu, fizeram e aprontaram. Não provaram nada contra o Ministro José Dirceu nem contra o PT. A prova contra o Waldomiro, a sua punição e a de quem estiver envolvido virá do Governo do PT, porque o nosso partido e o nosso Governo têm compromisso com a ética, diferentemente do Governo passado, que enterrou todos os casos e jamais puniu por corrupção. No nosso Governo não haverá quem pratique algum ato de corrupção sem ser punido. É esse o compromisso do partido e do Presidente Lula. Agora tudo vem às claras para a sociedade mineira. É pena que aqueles Deputados que aqui, apressadamente, ocuparam a tribuna e o microfone para dizer inverdades, querendo desestabilizar o Governo, rancorosos que estavam com a vitória do setor democrático-popular no Brasil, não estejam aqui hoje para ouvir toda essa análise da situação política.

Termino dizendo o seguinte: o Governo retoma agora sua ofensiva política, o curso natural das coisas que enumerei no início, e o faz com mais respaldo popular ainda. A armação foi posta a nu. A desestabilização do Governo não vingou. O golpismo será punido por meio do Sr. Santoro, do Sr. Serra Azul e do Sr. Serra, que, desde o segundo turno falava em desestabilizar o Brasil, como foi feito na Argentina e na Venezuela, e não apenas como desejo de um candidato, mas agora como um ator político da Oposição irresponsável.

Posta essa desarmação, posto que isso terminou, tendo sido o golpe que queriam dar contra o Governo Lula posto a nu para a Nação brasileira, vamos à realidade dos fatos. A política econômica tem no centro, agora, o desenvolvimento, a geração de emprego. Esse é o centro da política econômica, uma vez que a estabilidade já é uma realidade no País. Agora o Governo trabalha incessantemente para que esse desenvolvimento aconteça, com a injeção de R\$1.700.000.000,00 a mais na reforma agrária no Brasil, o que significa crescimento com divisão de renda; de R\$15.000.000.000,00 para a política industrial - nosso parque industrial foi sucateado por ações políticas desgovernadas de oito anos de neoliberalismo -; de R\$5.000.000.000,00 para a política energética alternativa, além do que já foi feito na política hidrelétrica brasileira, retomando-se para o Estado o controle do nosso crescimento energético, que é peça fundamental para o crescimento econômico. E mais o que será gasto com saneamento básico. Neste ano, R\$1.700.000.000,00 serão destinados ao saneamento básico, grande parte para Minas Gerais, em convênio com a COPASA, assunto de que tratarei outro dia, o qual também é peça importante para o desenvolvimento, juntamente com a saúde. Além disso, há compromissos de campanha que parecem pequenos, mas que dizem respeito à retomada da credibilidade na política em construção no Brasil. A ponte de Itinga foi fundamental para o resgate da credibilidade do povo na política do Brasil e nos compromissos feitos em campanha.

A ofensiva do Governo Lula será muito maior. Haverá geração de empregos, microcréditos e injeções de financiamento para pequenos e médios produtores e projetos, como o Bolsa-Família, para os que não tinham acesso ao mercado brasileiro. Tudo isso faz com que coloquemos o programa de crescimento em andamento com a força prometida pelo Governo.

Como o golpe foi desnudado e a tese da desestabilização do Governo caiu, com nossos aliados retomaremos o caminho da normalidade das ações do Governo, divulgando-a e implementando-a democraticamente com todos os Governadores. Mesmo sendo Governador de oposição, Lula dispensa tratamento igualitário ao Governador Aécio Neves e trata Minas Gerais como merece. Essa é a realidade do Brasil. É fundamental que o povo brasileiro confie no Governo. Vamos alterar o rumo da política econômica para dar prioridade ao crescimento econômico. O superávit primário não deve ser obtido a qualquer custo. Precisamos dizer ao FMI que, neste ano, o Brasil precisa de dinheiro para aplicar em infra-estrutura, especialmente nas estradas. Mesmo não havendo acordo, não deixaremos de retomar o crescimento econômico. O PT continua pedindo modificações na política econômica para haver desenvolvimento. Repetindo as palavras do Ministro José Dirceu, o PT não é um partido de ovelhas nem de cordeirinhos. Temos opiniões e somos o principal partido de sustentação de um Governo de mudanças.

A Deputada Marília Campos (em aparte)\*- Cumprimento a brilhante intervenção de V. Exa. As pessoas devem perguntar o porquê da conspiração contra o Governo Lula. Como motivo, V.Exa. citou o ciúme dos derrotados, dos que não se conformaram com a vitória de um sindicalista para a Presidência da República. Somente o ciúme explica a tentativa de desestabilizar o País? Apenas o inconformismo? A inveja e o preconceito não explicam isso.

De fato, gastamos bom tempo para justificar e afirmar que o Governo Lula veio para mudar. Quiseram impor derrota ao PT nas próximas eleições, real explicação para a conspiração contra o Governo. Essa atitude irresponsável foi contrária aos interesses do País. Podem ganhar as eleições, mas devem dizer qual política querem, e a defendida por eles foi derrotada nas urnas. Qual política manterão nas eleições municipais? Tentaram dar esse golpe, mas foram derrotados. Gostaria que concluísse seu raciocínio. Por que fizeram isso?

O Deputado Rogério Correia - Deputada Marília Campos, acho que V. Exa. é quem fez essa conclusão. Concordo com a análise feita. Duas coisas importantes foram ditas por V. Exa. Quiseram desestabilizar o País, e não apenas o Governo Lula. A intenção era desacreditar o Governo junto ao povo brasileiro, porque o Governo Lula, o Governo do PT, é o Governo da esperança e da mudança. Um povo incrédulo pode ser, de novo, submetido às ações de entreguismo do Brasil, que foi a prática do Governo anterior. Entreguismo aos interesses do capital financeiro, do mercado americano, da ALCA, enfim, do processo das privatizações, freado neste Governo.

Desestabilizar o País significa tornar o povo incrédulo. Para isso, V. Exa. lembrou bem, precisavam desestabilizar o PT, que é o partido que cresce. Tentaram, por isso, atingir o Ministro José Dirceu, que foi o Presidente do PT. Tentaram vinculá-lo a algo que sabem que não é verdade, pois sabem que José Dirceu é um pessoa honesta, proba, batalhadora, que tem um currículo de vida invejável. Quiseram atingi-lo para atingir o PT, para evitar o crescimento do PT nas eleições municipais, conforme bem lembrou V. Exa. Uma vitória nossa nas eleições municipais significa o aval do povo para as mudanças mais profundas da sociedade brasileira.

O Governo Lula tem respondido às questões com ações progressistas. Quiseram, por várias vezes, jogar o Presidente contra o MST. Fizeram isso recentemente, tentando jogá-lo contra João Pedro Stédile, que mostrou a impaciência do movimento com a demora da reforma agrária. Ao invés de responder com ações policiais e violência no campo, deu a resposta injetando mais R\$1.700.000.000,00 para a realização da reforma agrária, colocando-a no centro, como fator de divisão de renda. Isso é muito importante. Se fosse em um outro Governo, como por exemplo o do Sr. Serra, que queria tanto a desestabilização de nosso Governo, mandaria, provavelmente, não R\$1.700.000.000,00, mas a polícia, o Exército, faria conluio com jagunços para aumentar, no campo, a tensão e desestimular o movimento dos trabalhadores.

Não desestabilizaram o Governo da forma que esperavam. Agora que o povo brasileiro viu que o golpismo foi derrotado, poderemos ter a certeza de que o Governo dará certo, ainda mais rapidamente do que já vinha dando.

Os golpistas tucanos de plantão, em especial o Sr. José Serra, falharam. Nas urnas, sofrerá nova derrota por esse atentado à democracia que buscou junto com o Sr. Santoro e com o Sr. Serra Azul. Parece que esqueceram que o passado golpista nos foi muito prejudicial. Eles, que no passado lutaram pela democracia, agora se colocam nesse triste processo de desestabilização da Nação. Não vingará! O golpismo não vingou nem vingará. O Governo democrático e popular fará as mudanças com que se comprometeu, para o bem do povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 17/3/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete da Deputada Ana Maria

exonerando Flávia Leite Avelino Pereira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Valdeli Gonçalves Coelho Collares para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado André Quintão

exonerando Arlene Pinto Rodrigues do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

exonerando Eugênio Pasqualini Santos do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando Maria do Carmo Mansur Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Arlene Pinto Rodrigues para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Eugênio Pasqualini Santos para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

nomeando Maria do Carmo Mansur Ferreira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Sérgio Menezes de Jesus para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado George Hilton

exonerando Ivana Rocha Rafael Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

nomeando Reinaldo Francisco Paes para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Jayro Lessa

nomeando Elienis Oliveira Santos Tigre para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara

exonerando Antonio Carlos Brito Silva do cargo de Motorista, padrão AL-10, 4 horas;

exonerando Gislande Maria de Oliveira do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando Ivan Rodrigues Gonçalves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando Joana Auxiliadora Marques Santos do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando Rilma Ornelas Bicalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Antonio Carlos Brito Silva para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Cristiane Maria Vida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Gislande Maria de Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Ivan Rodrigues Gonçalves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Joana Auxiliadora Marques Santos para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 17/3/04, que nomeou Solange Silva Oliveira Lima da Silva para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da 3ª Secretaria;

nomeando Ivana Rocha Rafael Costa para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da 3ª Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO (Reedição)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2004

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 19/4/2004, às 10 horas, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a contratação de empresa para a realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos pertencentes à frota da Assembléia Legislativa, com o fornecimento de peças.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação, na R. Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 6 de abril de 2004.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2003

Em 6/4/2004, os Srs. Presidente e 1º-Secretário decidem pela revogação do Pregão Eletrônico nº 21/2003, com base no art. 49 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Belo Horizonte, 6 de abril de 2004.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2004

Objeto: aquisição de gravadores cassete. Licitantes vencedoras: ADV Administração de Vendas Ltda. (lote 1) e Abrange Comercial Ltda. (lote 2).

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2004

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 22/4/2004, às 10 horas, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de 500 doses de vacina antigripal.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação, na R. Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 6 de abril de 2004.

João Franco Filho, Diretor-Geral.